

28

Francisco José Terroso Cepeda

Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural

SÉRIE

Estudos

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Francisco José Terroso Cepeda

Emigração
portuguesa:
um fenómeno
estrutural

28

Francisco José Terroso Cepeda

Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural

SÉRIE

Estudos

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Título: Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural

Autor: Francisco José Terroso Cepeda

Edição: Instituto Politécnico de Bragança • 1995

Apartado 38 • 5300 Bragança • Portugal

Telefs. (073) 331 570 · 331 611 · 331 623 · 331 659 · 331 976

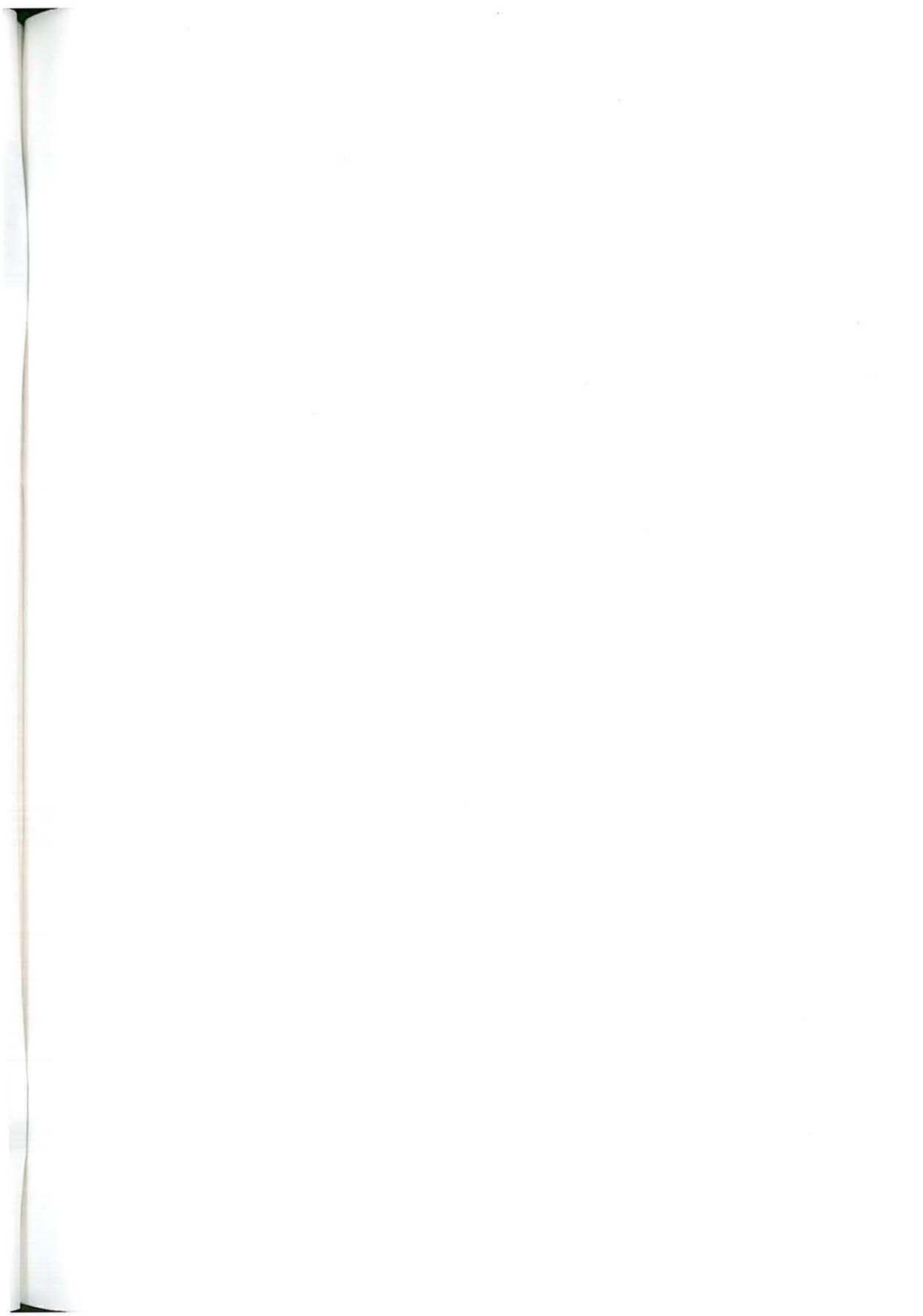
Telefax (073) 25 405

Execução: Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança
(grafismo, Atilano Suarez; paginação, Georgina Lopes;
montagem, Maria de Jesus; impressão, António Cruz,
acabamento, Isaura Magalhães)

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal n° 61567/92

ISBN 972-745-024-5



Índice

1 · Introdução _____	9
2 · Emigração para o Brasil _____	15
3 · Emigração legal e clandestina para França _____	21
4 · Emigração legal para a Alemanha _____	27
5 · Emigração legal e clandestina para Espanha _____	31
6 · Emigração para outros países _____	35
7 · A corrente “emigratória” para as ex-colónias portuguesas _____	41
8 · Efeitos demográficos da emigração _____	47
9 · Emigração: uma constante da vida portuguesa _____	61
Bibliografia _____	69

1 · Introdução

As migrações internacionais constituíram-se, ao longo dos tempos, como uma componente fundamental e constante das actividades socioeconómicas e políticas do homem no mundo.

As primeiras migrações de longa distância foram motivadas por causas físicas e envolveram grupos numerosos, como foi o caso dos Godos, Vândalos e outras tribos que se dirigiram para a Europa na altura em que o Império Romano se aproximava do fim.

Em plena era moderna (século XVI), as migrações de longa distância processavam-se de um país para outro, sendo este movimento realizado por pessoas isoladas ou em pequenos grupos. As motivações para estes movimentos migratórios eram as mais diversas possíveis:

- espírito de aventura;
- fuga à fome, às intempéries, às perseguições políticas e religiosas;
- procura de solos férteis e terras menos povoadas;
- tentativa de arranjar emprego em países mais desenvolvidos;
- melhoria das condições de trabalho e de salário;
- acumulação de poupanças com vista a um certo desafogo económico;
- satisfação de uma necessidade de conhecer novas terras;

Milhões de emigrantes saíram da Europa com destino ao Continente Americano entre os séculos XVI e XIX, dando-se o apogeu deste movimento em pleno século XX, antes do início da 1ª Guerra Mundial ¹⁾.

Este movimento contínuo de pessoas de terra para terra, de país para país, de continente para continente, transformou-se num elemento permanente da vida das sociedades, levando mesmo à afirmação que *a história é feita dos movimentos dos homens no tempo e no espaço* ²⁾.

Recuando no tempo, é possível associar os movimentos dos Gregos, Fenícios, Romanos, Bárbaros, Muçulmanos e Cruzados à estruturação e delimitação do que é hoje o espaço europeu. No entanto, quando terminou esta fase das grandes migrações, *não havia um único alemão no local onde está Berlim, um russo nas margens do rio Moskva nem um húngaro no local de Budapeste, e apenas alguns escravos e mercenários turcos viviam no que havia de tornar-se Istambul. O homem branco ainda não tinha posto o pé na terra do Novo Mundo. Quando as grandes migrações pareciam estar no fim, a formação do mapa do mundo pelas migrações estava justamente a começar* ³⁾.

Esta nova etapa das migrações internacionais vai iniciar-se com as descobertas marítimas, ganhar novo alento com a revolução industrial, reforçando-se substancialmente quando das transformações económicas ocorridas na Europa e América nos séculos XIX e XX.

Paralelamente a esta emigração verificaram-se movimentos de capital no mesmo sentido, o que provocou, no dizer de Brinley Thomas ⁴⁾ *um considerável impulso ao desenvolvimento económico das regiões com muita terra e relativamente pouco trabalho e capital. Segundo o mesmo autor, da combinação dos movimentos de capital e trabalho também beneficiaram os países europeus de origem, uma vez que passaram a dispor de matérias primas vindas do Continente Americano a preços reduzidos.*

Todo este movimento migratório – a que poderíamos chamar de migração voluntária – emergia do direito à liberdade das pessoas, reconhecido como corolário lógico do comércio livre que então se defendia. No dizer de W. H. Hutt ⁵⁾ *o benefício da migração voluntária estava implícito no livro de Adam Smith – “A Riqueza das Nações”, com o reconhecimento das vantagens da divisão do trabalho tanto dentro como entre as nações, e da liberdade geral dos*

- 1) Segundo HALLETT, Graham *este foi o momento das grandes migrações internacionais, altura em que mais de 50 milhões de pessoas emigraram, sobretudo da Europa para as Américas, in The Political Economy of Immigration Control. IEA. London, 1970.*
- 2) Cf. BAUDIN, Louis – *Traité d'Économie Politique*. Vol. II. Dalloz. Paris, 1957.
- 3) Cf. WOYTINSKY, W. S., citado por BARATA, Óscar Soares – *Migrações e Povoamento*. Sociedade de Geografia de Lisboa. 1965.
- 4) THOMAS, Brinley – *Migration and Economic Growth: A Study of Great Britain and the Atlantic Economy*. Cambridge, 1954.
- 5) HUTT, W. H. – *Immigration Under “Economic Freedom”*. The Institut of Economic Affairs. 1970

homens para exercer a preferência como consumidores e o bom senso como empresários.

Com o final da 1ª Guerra Mundial dá-se uma profunda alteração na forma como se encaravam os movimentos migratórios: após vários séculos de movimentos de pessoas relativamente livres, os países mais industrializados começaram a levantar uma série de obstáculos à entrada de novos imigrantes, situação que se iria manter até ao fim da 2ª Guerra Mundial.

É a partir desta data que se verificam novos e significativos movimentos migratórios, com características algo diferentes dos anteriores. A saída de pessoas de um país para outro corresponde agora a uma necessidade de encontrar um posto de trabalho – o que lhe confere um carácter de temporalidade – obedecendo, em muitos casos, a acordos intergovernamentais. Sempre que à emigração estruturada eram levantados obstáculos quer pelo país de origem, quer pelo país de destino, surgia a emigração clandestina, unilateral, que se viria a manifestar como praticamente impermeável às medidas de restrição impostas pelas diferentes sociedades.

A partir dos anos cinquenta vários países atingiram um grau de desenvolvimento tal que se viram confrontados com uma escassez crónica de mão de obra. Para Demetrios Papademetriu ⁶⁾ *a índole estrutural desta escassez era consequência da combinação de uma série de factores sociais, demográficos, económicos e políticos*, de entre os quais poderemos referir os seguintes:

- I) Baixas taxas de natalidade nos países mais desenvolvidos, o que provocou um envelhecimento nas respectivas populações e uma diminuição progressiva da população activa;
- II) Promulgação de medidas de índole social tendentes à melhoria do nível de vida das populações dos países desenvolvidos, o que acarretou uma diminuição das respectivas populações activas: aumento do período de férias dos trabalhadores, diminuição da idade de reforma, redução da semana laboral e entrada dos jovens no mercado de trabalho mais tarde, dado o aumento do número de anos de ensino obrigatório;
- III) A necessidade de elevada qualificação técnica do pessoal do sector terciário exigiu profundas e morosas reconversões da mão de obra existente, de molde a dar resposta adequada às exigências do desenvolvimento;
- IV) A reestruturação dos sectores primário e secundário exigiu mão de obra qualificada, o que implicou, quer a formação inicial da mesma, quer a reconversão de muita da já existente;

6) PAPADEMETRIU, Demetrios – *Las Migraciones Internacionales en un Mundo en Evolución*. Revista “Internacional de Ciencias Sociales”. Vol. XXXVI. Nº 3. UNESCO, 1984.

V) O crescimento do sector secundário – mercê da procura acrescida dos produtos industriais – levou ao aparecimento de muitos postos de trabalho bem remunerados; daí resultou que a população desses países começasse a rejeitar o trabalho mais penoso e de baixos salários, deixando-o para a população imigrante;

VI) Alguns países procuraram o caminho do desenvolvimento através de programas de industrialização massiva, financiados pelos recursos que lhes proporcionava a venda do petróleo. Países normalmente pouco povoados debatiam-se com escassez de mão de obra para levar a efeito a desejada industrialização.

Pelas circunstâncias que apontámos os países de destino das diferentes correntes emigratórias tornaram-se mais e mais dependentes da oferta de mão de obra estrangeira, ao passo que esta aparecia cada vez mais como independente das reais necessidades das economias desses países. A este propósito Demetrios Papademetriu ⁷⁾ dizia que *a mão de obra estrangeira cumpria cada vez menos a função que tradicionalmente lhe competia: servir de amortecedor para acudir, como solução temporal, a uma procura acrescida de força de trabalho*. Efectivamente, as correntes migratórias não só conseguiram autorizações de residência prolongada e de reunificação familiar, como também acabaram por obter uma significativa mobilidade profissional.

A mobilidade da população na época contemporânea atinge valores surpreendentes: *mais de quinze milhões de pessoas deslocadas vivem na Europa em países onde não nasceram. Dez milhões de imigrados nos Estados Unidos nos últimos vinte e cinco anos, três milhões de neo-canadianos, que nasceram fora do continente americano, quinze milhões de pessoas trocadas entre a União Indiana e o Paquistão, depois da "partilha" de 1947, cinco milhões de japoneses repatriados do Pacífico, depois de terminada a segunda guerra mundial, quatro milhões de coreanos, idos da Coreia do Norte para a Coreia do Sul, um ou dois milhões de chineses, que saíram do continente e se instalaram em Hong-Kong e na Formosa, alguns milhões de africanos que estão fora dos seus países de origem, como refugiados, trabalhadores contratados a prazo fixo ou migrantes sazonais, dez milhões de "estrangeiros" nos países industriais da Europa Ocidental, dos quais sete a oito milhões de operários, cerca de um milhão de europeus, que estiveram instalados mais ou menos tempo na África do Norte e voltaram para França, mais de um milhão de judeus emigrados para Israel nos últimos vinte anos, etc.* ⁸⁾

Uma tão elevada mobilidade da população fez com que o processo migratório fosse estudado e avaliado nas suas três vertentes: a do interesse individual do migrante, do país de partida e do país de acolhimento.

7) PAPADEMETRIU, Demetrios – *Las Migraciones Internacionales en un Mundo en Evolución*. Ob. cit.

8) GEORGE, Pierre – *As Migrações Internacionais*. Publicações D. Quixote. Lisboa, 1977.

A nível do interesse individual a emigração surge com o objectivo de melhorar a situação socioeconómica do migrante e da sua família. Neste caso a emigração aparece como verdadeira exportação de um *produto familiar* que irá proporcionar um rendimento acrescido, motivado pela venda da força de trabalho no estrangeiro.

Para o país de origem da corrente emigratória a saída de muitos dos seus naturais funciona como *válvula de escape* para o seu mercado de trabalho, incapaz de proporcionar emprego a uma população activa crescente. A emigração corresponde, por um lado, a uma *exportação invisível* uma vez que a população emigrada envia para o seu país uma parte substancial das poupanças conseguidas com o seu trabalho no estrangeiro, e por outro, a uma exportação da riqueza nacional, pelo facto da formação do emigrante representar um investimento cuja amortização não é feita no país de origem ⁹⁾.

Para os países de acolhimento trata-se de aproveitar uma força de trabalho vinda de fora das suas fronteiras, sem encargos de formação, à qual, muitas vezes, não proporcionam os benefícios sociais que dispensam à mão de obra nacional. Os trabalhos que os emigrantes vão desempenhar nestes países são aqueles que os nacionais rejeitam, atribuindo-lhes uma remuneração salarial baixa quando comparada com a praticada, em média, nos citados países. Dispensam, desta forma, a substituição de mão de obra não qualificada por sistemas de automatização, o que lhes permite evitar investimentos de amortização bastante lenta. Por outro lado, os países de acolhimento, com crescimento económico tantas vezes irregular, servem-se da imigração para reagir às oscilações do mercado de trabalho, impedindo a entrada de mais trabalhadores estrangeiros ou mesmo *devolvendo-os* quando for caso disso, ou estimulando a imigração quando lhes interessar. Na verdade, em períodos de franco progresso económico e técnico, a mão de obra emigrada não entra em concorrência com a nacional, surgindo como complementar desta, uma vez que vai ocupar os lugares situados na parte inferior da escala tecnológica deixados vagos pela mão de obra nacional. Em período de recessão a situação do mercado de trabalho inverte-se: o desaparecimento de muitos postos de trabalho ocupados pela mão de obra nacional vai determinar um refluxo desta mão de obra para os empregos não qualificados, originando tensões com a população imigrada, a qual, muitas vezes, se vê forçada a regressar ao país de origem. Afirmava a este propósito Riad Tabbarah ¹⁰⁾ que *no passado, pelo menos*

9) O facto é tanto mais grave quanto maior for a qualificação do emigrante (brain-drain). No dizer de SANTOS, Américo Ramos *o êxodo das competências é também um processo de transferência de capacidades. E, se utilizarmos a noção de investimento em capital humano, tal transferência significará uma perda de capital humano e uma redução de capacidade tecnológica dos países de origem*, in *Transferência Inversa de Tecnologia: Conceitos e Características Principais*. Revista "Análise Social". Vol. XIX. 1983 - 1º.

10) TABBARAH, Riad - *El Futuro de las Migraciones Internacionales*. Revista "Internacional de Ciencias Sociales". Vol. XXXVI. Nº3. UNESCO, 1984.

na Europa, a imigração de trabalhadores crescia em períodos de prosperidade económica e contraía-se em período de recessão. Cumpria, em certo sentido, a função de estabilizador do ciclo económico.

As migrações internacionais acarretam um conjunto de problemas e de inter-relações extremamente complexos. No passado, as políticas de *laissez-faire* constituíram uma resposta minimamente eficaz à complexidade dos citados problemas; hoje, por múltiplas razões, tais políticas deixaram de produzir os efeitos desejados, emergindo agora o fenómeno da emigração num complicado contexto económico, cultural, social e político.

Dissemos já que os movimentos migratórios podiam ser encarados de forma análoga às transferências de tecnologia e capital. Porém, devemos desde já assinalar que os países mais desenvolvidos são mais vulneráveis aos movimentos populacionais do que a outra qualquer transferência de recursos, com excepção da energia. Esta vulnerabilidade advém-lhes de uma certa incapacidade em controlar os movimento migratórios, surgindo assim a imigração como um fenómeno entrópico, a lançar a confusão no debate político sobre a matéria. A população migrante actual seria quantitativa e qualitativamente muito diferente se, no dizer de A. Zolberg¹¹⁾, *todos os países da terra permitissem às pessoas tomar livremente a decisão de ficar, ir ou regressar, e abrissem as suas fronteiras a todos aqueles que desejassem entrar.*

Feita esta breve abordagem à problemática dos movimentos migratórios ao longo dos tempos não queremos deixar de chamar a atenção para o facto desses movimentos dizerem respeito a seres humanos. Por esta tão simples razão, todas as políticas migratórias deverão garantir o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas que eventualmente trabalhem num país diferente daquele onde nasceram. Tal como escrevia Powers¹²⁾ *qualquer outro procedimento levará a Europa e os Estados Unidos (e todos os importadores de força de trabalho) ao tempo em que a carne humana não era mais que mão de obra, já que a única coisa que contava era o dinheiro. Como é de supor, não é este o epitáfio que queremos que a História guarde em relação ao nosso tempo.*

É no âmbito deste enquadramento das migrações internacionais que começa a desenhar-se a vocação da população portuguesa para se espalhar pelos quatro cantos do Mundo.

11) ZOLBERG, A. R. – *Contemporary Transnational Migration in Historical Perspective: Patterns and Dilemmas*. Lexington Books, 1982.

12) Citado por PAPADEMETRIU, Demetrios – *Las Migraciones Internacionales en un Mundo en Evolución*. Ob. cit..

2 · Emigração para o Brasil

A emigração portuguesa remonta a tempos recuados, apontando vários autores para seu início a época dos Descobrimentos. Tornou--se, desde então, uma constante da vida portuguesa. Como refere Félix Neto ¹³⁾ *desde o empreendimento dos Descobrimentos até aos nossos dias, um fluxo ininterrupto de Portugueses disseminou-se pelas diferentes partes do mundo, um pouco por todo o lado, onde havia uma réstia de esperança de uma vida nova e melhor.*

Com a descoberta do Brasil, em 1500, e em função quer de deliberação pessoal, quer de uma política de colonização levada a cabo pelas autoridades, começa a desenhar-se uma saída contínua de portugueses para essas paragens. Para o primeiro caso – saída por opção própria – contribuiu em muito a atracção exercida pela indústria de extracção de açúcar e a pesquisa de ouro, transformando-se as pessoas que aí acorriam em emigrantes *stricto sensu*; no segundo caso, quando a saída do país correspondia a uma política de colonização delineada pelo estado, o fluxo correspondente era muito mais de colonos do que de emigrantes propriamente ditos ¹⁴⁾.

13) NETO, Félix – *A Migração Portuguesa Vivida e Representada*. Dissertação de Doutoramento. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Porto, 1986.

14) Afirmava a este propósito SERRÃO, Joel: *se, como é óbvio, de um ponto de vista estritamente lógico, emigrante é género do qual colonizador é espécie, reservemos esta última denominação num conspecto de natureza socio-política, para o*

O Brasil exercia de facto uma forte atracção sobre a população portuguesa, vendo-se as autoridades governamentais na necessidade de tomar medidas tendentes a minimizar os fluxos de saída. Segundo Santa Rita ¹⁵⁾ já em 1565 foi preciso proibir que as naus que se dirigiam para a Índia fossem invernar aos portos brasileiros, para evitar a deserção de soldados e tripulantes, acrescentando Joel Serrão ¹⁶⁾ que a partir de 1667, isto é, antes da descoberta das minas de ouro, se conhecem quatro leis sucessivas do governo central reprimindo este movimento demográfico.

Apesar destas tentativas, continuou a verificar-se uma forte corrente migratória do continente em direcção ao Brasil, detectando-se os primeiros indícios de despovoamento e consequente falta de mão de obra no território nacional. Preocupações deste tipo podem ser encontradas numa lei publicada em 1720, na qual se afirma que ... *não tendo sido bastantes as providências que até ao presente tenho dado nos decretos de 25 de Novembro de 1709 e de 19 de Fevereiro de 1711, para se proibir que deste Reino passe para as Capitánias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em estado, que não há a gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos Povos ...*¹⁷⁾

Os primeiros emigrantes que se dirigiram ao Brasil fixaram-se, preferencialmente, nas cidades, uma vez que o trabalho rural era desempenhado por escravos. Este facto, associado ao elevado preço da viagem, leva a pensar serem os primeiros emigrantes predominantemente nobres e letrados que ocuparam os serviços públicos e desenvolveram profissões liberais, bem como proprietários rurais que se dedicaram fundamentalmente ao comércio ¹⁸⁾.

Dois acontecimentos ocorridos no Brasil no século XIX – independência em 1822 e abolição da escravatura em 1888 – vão originar profundas alterações qualitativas e quantitativas na corrente migratória portuguesa.

indivíduo que abandona o solo pátrio, com destino a uma colónia, e devido ou à iniciativa do Estado ou integrado em empresa de âmbito nacional por ele promovida. E chamemos emigrante tão só àquele que resolveu abandonar o país por exclusivos motivos pessoais, livremente concebidos, independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas, in A Emigração Portuguesa. Livros Horizonte. 4ª Edição. Lisboa, 1982.

- 15) SANTA RITA, J. G. – *Colonização de Povoamento (Breves Noções)*. Sociedade de Geografia de Lisboa. 1949.
- 16) SERRÃO, JOEL – *Emigração*. Dicionário de História de Portugal. Vol. II. Lisboa, 1965.
- 17) Cf. Alexandre de Gusmão, citado por SERRÃO, JOEL – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..
- 18) Segundo CAIO PRADO JÚNIOR, num Relatório feito em 1779 pelo então vice-rei, podia ler-se: *o colono recém-vindo, mesmo quando antigo lavrador no Reino, não pensa em outra coisa que na mercância*, in SERRÃO, JOEL – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..

Com efeito, estes dois acontecimentos fazem com que aumente significativamente o número de portugueses que emigram para o Brasil, destinando-se estes já não à administração, às profissões liberais e ao comércio, mas essencialmente ao trabalho agrícola, substituindo aí os antigos escravos¹⁹⁾.

Se estes dois acontecimento marcaram decisivamente a emigração para o Brasil, um outro, não menos importante no que respeita ao fluxo emigratório, tem de referir-se: a Revolução Industrial.

Portugal, após a assinatura do Tratado de Metween com a Inglaterra em 1703, permaneceu um país agrícola, incapaz de acompanhar os ventos de mudança da revolução industrial, atrasando-se mais e mais dos restantes países europeus. O nível de vida da população portuguesa era dos mais baixos daquela época, motivo que originou a forte corrente migratória para o Brasil, afirmando Águedo de Oliveira²⁰⁾ que *o nosso emigrante se sente impelido lá dos altos desnudados ou de regiões de propriedade pulverizada, onde o homem não perde o instinto da luta pela independência económica e se julga capaz de viver noutra clima, comer a outra mesa, contrair hábitos estranhos, mudar de rumo e mudar de vida, mas lutando e porfiando sempre por o melhor êxito. Depende a emigração das condições económicas, mas também depende de certas propensões morais do emigrante.*

A mudança qualitativa operada – os nobres, letrados e proprietários rurais deram lugar às camadas mais pobres e analfabetas – origina uma não menos significativa mudança quantitativa, levando Alexandre Herculano²¹⁾, em 1838, a escrever que *... a emigração nestes últimos anos tem sido espantosa!*

Não é fácil quantificar o volume da emigração portuguesa para o Brasil desde o período da sua colonização até 1855, altura em que aparecem registos de entradas. Segundo Manuela Aguiar²²⁾ *com as primeiras naus com que nos fizemos ao mar partiram, também, os primeiros portugueses para a emigração. Nos primeiros oitenta anos do século XVI foram 300 mil os que se aventuraram pelas Áfricas e Brasil; de 1700 a 1760 o número subiu para 600 mil.* Vitorino Magalhães Godinho²³⁾ referia que *desde o começo da expansão*

- 19) O trabalho realizado pelos emigrantes portugueses no Brasil, após a independência, pode ser visto através da publicação do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, de 1873, onde se afirma: *comiam, dormiam e trabalhavam como os escravos, quer dizer, tinham a sua ração de carne seca, feijão e farinha, que eram obrigados a cozinhar para comer na hora do almoço e do jantar (uma hora para cada refeição). (...) de dia cavavam a terra, de noite lançavam ou tiravam tijolos do forno*, in SERRÃO, Joel – *Emigração. Dicionário de História de Portugal*. Ob. cit..
- 20) OLIVEIRA, A. Águedo – *Portugal Perante as Tendências da Economia Mundial*. Centro de Estudos Económicos do INE. Lisboa, 1948.
- 21) Citado por SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..
- 22) AGUIAR, M. Manuela – *Problemas e Perspectivas da Emigração Portuguesa*. Revista “Nação e Defesa”. Ano V. Nº 15. Julho-Setembro de 1980.
- 23) GODINHO, Vitorino Magalhães – *L’Emigration Portugaise (XV–XXe siècles)*. Revista de “História Económica e Social”. Sá da Costa. Lisboa, 1978

ultramarina, até 1770, certamente mais de um milhão, provavelmente um milhão e meio de emigrantes, as saídas anuais. Estes valores, já de si elevados, tornam-se assustadores quando comparados com a população do Continente e Ilhas naqueles períodos: 1 500 000 em 1495, 1 216 000 em 1527, 1 100 000 em 1636, 2 143 000 em 1732 e 2 931 000 em 1801 ²⁴⁾.

A partir de 1855 até ao eclodir da I Guerra Mundial a emigração portuguesa para o Brasil mantém-se em níveis elevados, baixando neste período quer pela dificuldade que a navegação marítima no Atlântico representava devido à Guerra, quer por ter surgido em Portugal uma devastadora epidemia que vitimou muitos milhares de habitantes, potenciais candidatos à emigração.

O Quadro I, elaborado com base nos dados apresentados para a emigração legal portuguesa de 1855 a 1990 e da percentagem desta relativa ao Brasil ²⁵⁾, evidencia o que acabámos de afirmar.

Quadro I - Emigrantes Portugueses no Brasil - Emigração legal

ANOS	NÚMERO	MÉDIA ANUAL
1855-1865	69 848	6 985
1866-1890	359 487	14 979
1891-1900	270 017	30 002
1901-1911	358 141	35 814
1912-1920	234 837	29 355
1921-1930	217 259	24 140
1931-1935	29 968	7 492
1936-1940	35 396	8 849
1941-1950	90 271	10 030
1951-1960	235 635	26 182
1961-1965	51 262	12 815
1965-1970	16 647	3 329
1970-1975	5530	1 106
1975-1980	2161	432
1980-1985	869	174
1985-1990	34	7
TOTAL	1981362	12974

24) Cf. MARTINHO, Alberto Trindade – *Les Enfants D’Immigrés Portugais “Cá e Lá”*. Dissertação de Doutoramento, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Porto, 1986.

25) Dados recolhidos em SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit., EVANGELISTA, João – *Um Século de População Portuguesa (1864-1940)*. Lisboa, 1971, em GODINHO, Vitorino Magalhães – *Portugal e os Portugueses*. Diário de Lisboa de 5/3 a 2/4 de 1968 e em SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES PORTUGUESAS – (1960-1990).

A partir do final da I Guerra Mundial a emigração para o Brasil apresenta uma quebra acentuada, facto a que não foi estranha a crise económica mundial de 1929 e, mais tarde, a II Guerra Mundial. Os reflexos da crise económica, sobretudo, tiveram grande incidência no fluxo migratório para o Brasil, uma vez que este país impôs restrições à entrada de novos emigrantes, ao mesmo tempo que em Portugal eram promulgadas leis com vista à limitação drástica da saída de naturais.

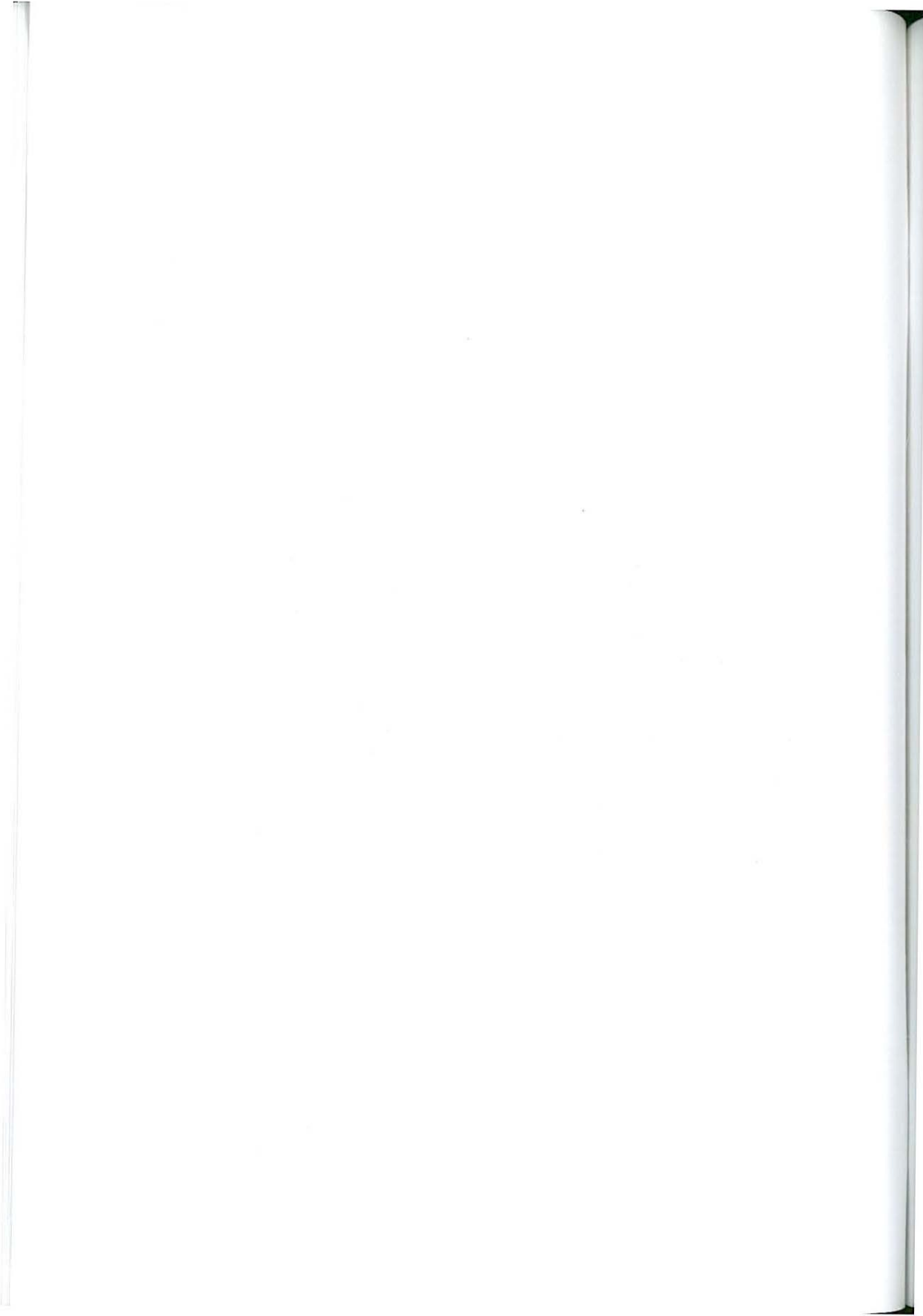
Após este período, a emigração portuguesa para o Brasil conhece ainda um outro surto, como bem demonstram os mais de 26 000 indivíduos que, em média, saíram de Portugal para aquelas paragens no período compreendido entre 1951 e 1960.

Nos anos sessenta aparecem novos dados que começam a fazer inflectir a corrente migratória portuguesa. No Brasil começava a observar-se um certo crescimento económico, mercê sobretudo do sector industrial com fortes ligações a empresas dos EUA; embora o Brasil continuasse a necessitar de mão de obra estrangeira, interessava-lhe sobretudo a qualificada, o que o levou a restringir a entrada de emigrantes não especializados. Daí, em parte, a explicação para a diminuição verificada na entrada de portugueses naquele país a partir de 1960. Por outro lado, os países industrializados passavam por um período de franco crescimento, a que correspondia uma necessidade imperiosa de força de trabalho, *especialmente nos sectores com escassez de mão de obra nacional ou nos quais esta mão de obra já não estava disposta a executar determinadas tarefas* ²⁶⁾.

Da conjugação destes dois novos dados, exógenos à vontade dos portugueses, resultou uma profunda modificação no destino da nossa corrente migratória, a qual, de transoceânica, passou predominantemente para europeia. A brusca mudança operada no destino da emigração portuguesa deve ser entendida *como consequência do desenvolvimento de uma nova situação, na qual foi confiado a Portugal um novo papel na divisão internacional do trabalho: o de reservatório de mão de obra para os países industrializados* ²⁷⁾.

26) Cf. FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas da Emigração*. Dissertação de Doutoramento. Iniciativas Editoriais. Lisboa, 1976.

27) Idém, *Ibidem*.



3 · Emigração legal e clandestina para França

A partir dos meados da década de cinquenta, e sobretudo nos anos sessenta, reduz-se substancialmente o ciclo migratório brasileiro, emergindo, com intensidade redobrada, o ciclo francês.

A emigração para França, contudo, há longos anos que vinha acontecendo, embora a intensidade do fluxo fosse bastante reduzida. No dizer de Joel Serrão ²⁸⁾ *as estatísticas francesas referem, de 1876 a 1911, com grande regularidade, a existência em terras gaulesas de uma colónia portuguesa quase sempre superior a um milhar de indivíduos.*

Após o fim da I Guerra Mundial a França começou a debater-se com graves carências de mão de obra, ao mesmo tempo que, em Portugal, largas centenas de trabalhadores procuravam refazer a vida noutras paragens que lhes proporcionassem condições mais favoráveis. Embora a maioria destes trabalhadores tivesse optado pelo Brasil (66.9% no dizer de João Evangelista²⁹⁾, 10 800 encontravam-se em França em 1921, valor que subiu para 28 900 em 1926 e para 49 000 em 1931. O período de recessão económica que se seguiu à crise de 1929, por um lado, e o deflagrar da II Guerra Mundial, por outro, contribuíram para uma diminuição significativa da corrente migratória

28) SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..

29) EVANGELISTA, João – *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Ob. cit..

portuguesa para França, apresentando esta, de 1941 a 1950, um valor de apenas 749 emigrantes (1.1% do total da emigração portuguesa naquele período).

A partir do momento em que os contingentes migratórios para o Brasil começam a enfraquecer, a França perfila-se no horizonte dos emigrantes portugueses como o grande país de destino, atingindo logo valores da ordem dos 17 851 emigrantes no período de 1951 a 1960. É igualmente com a ida para França que se avoluma significativamente a emigração clandestina ³⁰⁾.

Quadro II - A emigração portuguesa por países de acolhimento (1950/1960, 1960/1970, 1970/1980 e 1980/1990)

PAÍSES DE ACOLHIMENTO	1950-1960 a)		1960-1970 b)		1970-1980 b)		1980-1990 b)	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Alemanha	0	0.0	61 381	4.7	67 787	19.7	249	0.3
África do Sul	6 193	1.8	16 476	1.3	2 547	0.7	1 051	1.4
Brasil	237 327	69.6	74 936	5.7	7 961	2.3	1 038	1.4
Canadá	11 350	3.3	57 869	4.4	51 667	15.0	17 656	23.6
Estados Unidos	16 193	4.8	76 308	5.8	78 758	22.8	22 166	29.6
França	14 924	4.4	957 081	72.9	70 776	20.5	6 358	8.5
Venezuela	35 236	10.3	40 187	3.0	31 645	9.2	8 312	11.1
Outros Países	19 905	5.8	28 978	2.2	33 539	9.7	18 054	24.1
TOTAL	341 128	100.0	1 313 216	100.0	344 680	100.0	74 884	100.0

a) Emigração Legal

b) Emigração Total

Fonte: — GODINHO, Vitorino Magalhães — *L'Emigration Portugaise (XV-XXe siècles)*. Ob. cit., para 1950-1959.

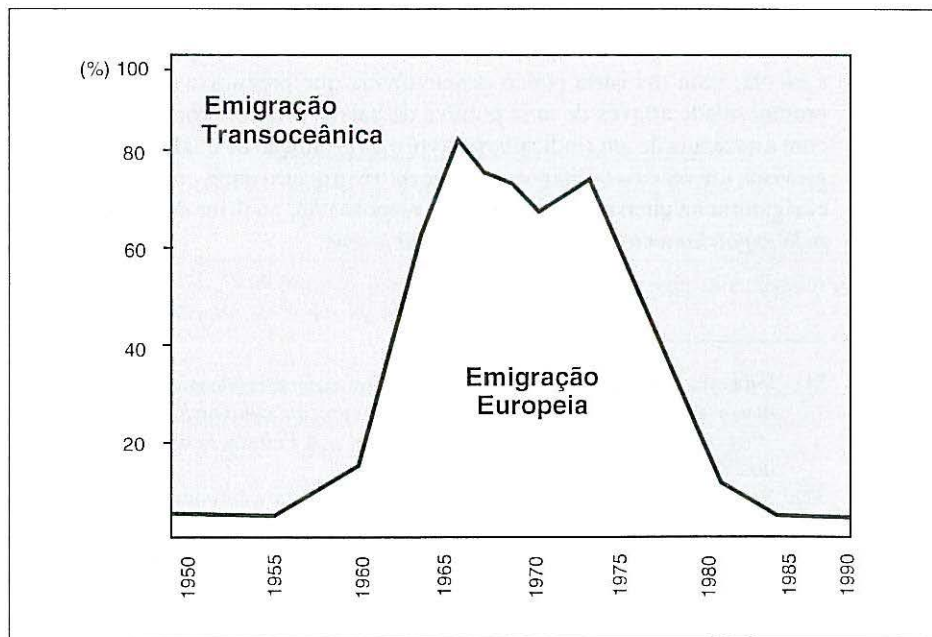
— Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, para os restantes.

30) A emigração clandestina foi sempre uma constante do fenómeno migratório português. Em 1890 falava-se já na possibilidade da emigração clandestina ultrapassar, em breve, a emigração legal (cf. MARTINS, Oliveira — *Política e História*. Lisboa, 1957); as saídas clandestinas avaliavam-se, de 1891 a 1960, *num máximo de um terço das legais*, in EVANGELISTA, João — *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Ob. cit.; para SERRÃO, Joel *poderemos calcular em 1/3 a fracção da emigração clandestina, no período de 1855-1865*, in *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit.. Para OLIVEIRA, L. Valente *a emigração clandestina parece ter sempre existido, mesmo quando se tinha de tomar um barco para ir para o Brasil. Todavia, a facilidade das deslocações terrestres para França e Alemanha, mesmo com todos os perigos e más consequências potenciais que apresentavam, fez com que os quantitativos da emigração clandestina fossem, em determinada ocasião, mais importantes que os da emigração legal*, in *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal*. 1982.

As principais ilações que se extraem do Quadro anterior são as seguintes:

- I) Na década de cinquenta, tal como já afirmámos, o Brasil absorvia a grande maioria dos nossos emigrantes (69.6%), a larga distância da Venezuela (10.3%) e dos Estados Unidos (4.8%). Ao contrário, de 1960 a 1970, é a França que passa a ocupar o lugar até então do Brasil, com uma percentagem de 72.9%. A grande distância aparecem os Estados Unidos (5.8%) e o Brasil (5.7%). A partir da década de setenta os Estados Unidos surgem como o maior país de destino da emigração portuguesa, perfilando-se o Canadá como segundo país de destino do nosso fluxo migratório.
- II) A par da modificação radical da orientação maioritária da corrente migratória portuguesa do Brasil para França – e depois para os Estados Unidos – outras alterações se produziram no destino global da emigração portuguesa : de transoceânica ao longo da década de cinquenta (89.8%) evolui para europeia na década de sessenta (77.6%) e novamente para transoceânica nas décadas de setenta (59.8%) e de oitenta (91.2%). O Gráfico I ilustra bem estas modificações do destino global da nossa emigração.

Gráfico I - Movimentos emigratórios transoceânicos e europeus 1950 /1990 – (%)



Fonte: Elaboração própria

A importância que a França assume como verdadeira força centrípeta da emigração portuguesa, esbate-se, numa primeira fase, em 1968/1969 ³¹⁾, seguindo-se uma significativa recuperação nos primeiros anos da década de setenta; posteriormente, e numa segunda fase, diminui substancialmente a atracção exercida pela França, passando a emigração portuguesa para este país a representar, na década de oitenta, apenas 8.5% do total da emigração. Para esta tão drástica redução contribuiu, para além doutros factores ³²⁾, a crise económica dos países industrializados resultante do primeiro choque petrolífero de 1973.

Dissemos já que a emigração clandestina para França representou, no período entre 1951 e 1960, 35% da emigração legal. O peso da emigração clandestina vai elevar-se a 37% no período compreendido entre 1960 e 1975 (Gráfico II); Em 1973 o número de clandestinos representa 50.9%, atingindo, contudo, o seu valor mais elevado em 1970 com um peso de 61.1%. A partir de 1975 deixa de ser significativo o número de emigrantes clandestinos em França.

Os elevados valores apresentados pela emigração clandestina para França não podem explicar-se, unicamente, pela facilidade, rapidez e custo reduzido do transporte de Portugal para aquele país. Embora tudo isto possa explicar o aumento da emigração clandestina, teremos, perante valores tão elevados da mesma, de encontrar outras causas intrínsecas à realidade socio-económica portuguesa, que hajam contribuído para tão insólito movimento repulsivo.

Entre essas causas destaca-se a crise crónica e estrutural da agricultura portuguesa, responsável por um baixo nível de vida da população activa agrícola; uma indústria pouco desenvolvida que procurava melhorar a sua produtividade através de uma política de baixos salários, contando, para tal, com a ausência de um sindicalismo livre e da proibição de qualquer actividade grevista; um serviço militar obrigatório de três a quatro anos, com *participação* obrigatória na guerra das ex-colónias, responsável, no dizer de Joel Serrão ³³⁾ *pelo expatriamento de cerca de 100 000 jovens.*

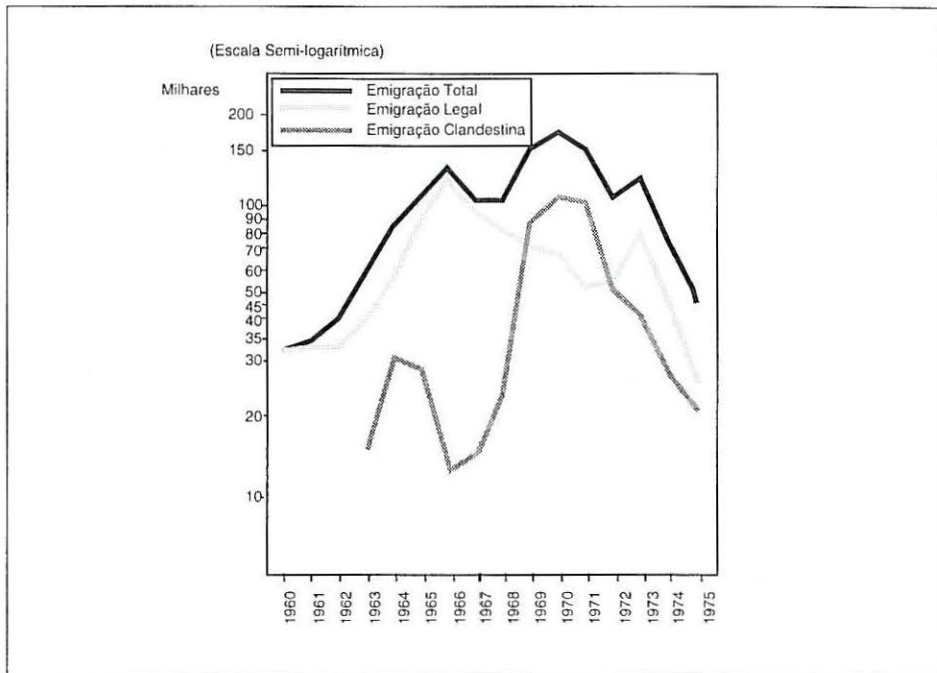
31) Para esta diminuição contribuíram, em muito, *os acontecimentos de Maio de 1968 que originaram várias rupturas nas políticas preconizadas no 5º Plano de Médio-Prazo*, in CEPEDA, Francisco J. Terroso et al. – *A Política Económica Francesa do Pós-Guerra*. IPB. Bragança, 1985.

32) Segundo GARSON, Tapinos et al. três factores explicam a diminuição da emigração para França: *a suspensão da emigração para França (à excepção do reagrupamento familiar); o afluxo dos retornados cujas características não os orientavam à priori para a migração europeia; enfim, o esgotamento das reservas de mão de obra latente nas zonas agrícolas do interior do país*, citado por NETO, Felix – *A Migração Portuguesa Vivida e Representada*. Ob. cit..

33) SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..

Uma outra causa, que explica também este enorme fluxo clandestino, tem a ver com as dificuldades legais impostas à saída dos emigrantes. Porém, como afirma igualmente Joel Serrão ³⁴⁾ *quando num fenómeno da importância nacional da emigração, acontece que, pelo menos, 50% dela se verifica no mais claro desrespeito da lei, de duas uma: ou a lei é inoperante e necessita, portanto, de ser alterada de acordo com as realidades, ou se quis (ou se foi obrigado) a dizer Não a um estado de coisas insuportável.*

Gráfico II - Emigração legal, clandestina e total. 1960-1975



Fonte: OLIVEIRA, L. Valente – *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal*. Ob. cit..

Tal como havia acontecido anteriormente com o Brasil, a França absorveu, no período compreendido entre 1950 e 1990, um milhão e cinquenta mil emigrantes, em idade perfeitamente activa. Este valor, na sua frieza, revela bem as contradições da economia portuguesa ao longo dos tempos. Sousa Franco ³⁵⁾ a este respeito, dizia que parece *cumprir-se um fado da nossa economia: durante o período do liberalismo, apenas somos capazes de lançar*

34) SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit..

35) FRANCO, A. L. de Sousa – *A Emigração Portuguesa no Último Decénio – Causas, Problemas, Soluções*. Guimarães, 1971.

planos de melhoria das infraestruturas (...), mas sem que daí se siga um arranque significativo das outras actividades produtivas. O acréscimo do produto não segue. É o caso (para não falar de Pombal) do Fontismo, do Salazarismo dos anos trinta e, até deste final dos anos sessenta.

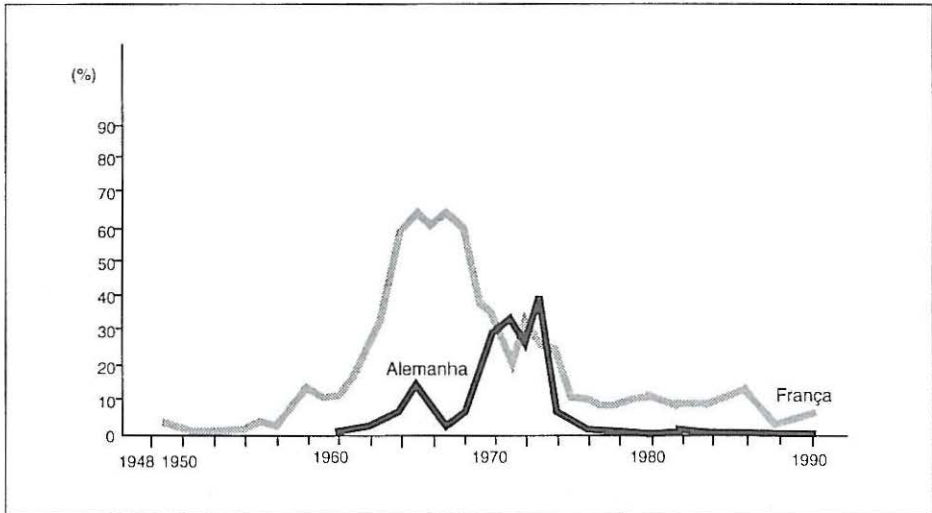
4 · Emigração legal para a Alemanha

Apesar dos 4.5 milhões de mortos que teve na II Guerra Mundial e dos 12 milhões de repatriados e refugiados vindos da Europa Central e dos países de Leste entre 1945 e 1955, a Alemanha conseguiu, a partir da década de sessenta, transformar-se num país de imigração. Em 1960 tinha já 300 000 trabalhadores estrangeiros, passando este número, em 1970, para 3 milhões, e em 1980 para mais de 4 milhões.

A reconstrução do país que ficara arrasado com a Guerra, e a recuperação económica a que lançaram mãos, deram origem ao milagre alemão como então se designava, milagre esse que necessitava de mão de obra estrangeira para poder perdurar no tempo. Na verdade, tal como escrevia Pierre George ³⁶⁾ *todo o belo mecanismo do milagre alemão, a trabalhar para um mercado de vendas em expansão, corria o perigo de ficar encravado pela insuficiência de força de trabalho.*

Não admira assim que os emigrantes portugueses tenham optado, nalguns casos, por este país, como bem demonstram os 130 000 indivíduos que, de 1960 a 1990, deixaram Portugal com destino à Alemanha (ver Quadro II).

36) GEORGE, Pierre – *As Migrações Internacionais*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1977.

Gráfico III - Emigração para França e Alemanha

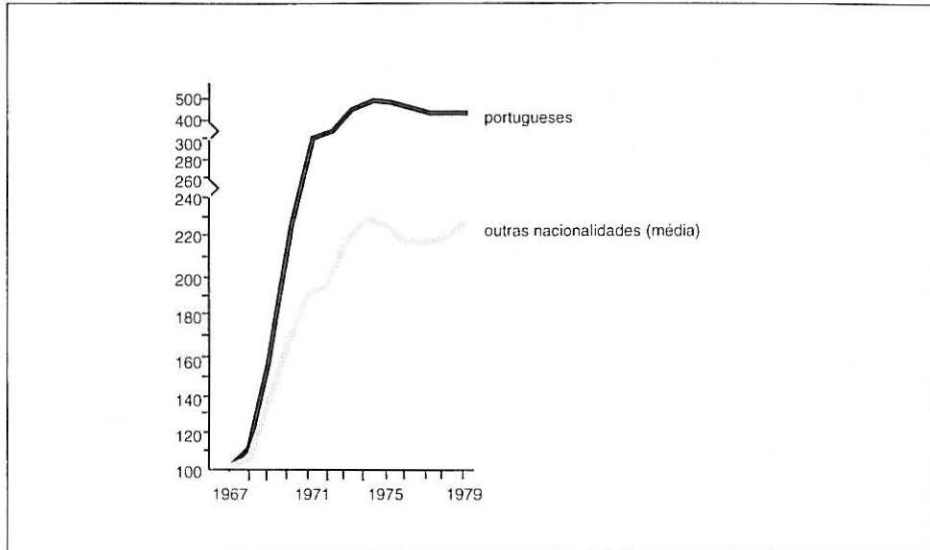
Fonte: Elaborado com base nos dados constantes em RIBEIRO F.G. Cassola – *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984*. Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas. Porto, 1986, e em Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas de 1985 a 1990.

Da leitura do Gráfico anterior infere-se que, embora tenha sido a França o grande país de destino da nossa corrente emigratória, nos anos de 1971 e 1973 a Alemanha ultrapassou a França no volume de emigrantes portugueses aí chegados. Esta mudança no destino da corrente emigratória portuguesa foi, ao longo dos tempos, uma das constantes da vida portuguesa. No dizer de Maria Beatriz Rocha-Trindade³⁷⁾ *a variação de contingentes e destinos é, no entanto, predominantemente efeito de causas exógenas, a que o capital humano nacional tem vindo a adaptar-se e a reconverter-se fornecendo uma resposta permanente.*

Considerando o ano de 1967 como ano base (1967 = 100) verifica-se que a emigração portuguesa para a Alemanha cresceu, proporcionalmente, mais do que a observada nas outras nacionalidades (Gráfico IV), passando Portugal a ocupar o sexto lugar no total da imigração alemã. Para este crescimento relativo contribuiu, em grande parte, o reagrupamento familiar que se fez sentir, com maior incidência, a partir de 1971/1972.

37) ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – *Emigração Portuguesa: As Políticas de Trajecto de Ida e de Ciclo Fechado*. Cadernos da Revista de “História Económica e Social”. 1-2. Sá da Costa Editora. Lisboa, 1981.

Gráfico IV - Movimento migratório para a Alemanha em comparação com outras nacionalidades (1967 = 100)



Fonte: MATOS, Manuel – *A Imigração na RFA do Ponto de Vista do Emigrante Português*. Ob. cit..

Se a emigração portuguesa, em termos quantitativos, era a sexta maior na Alemanha, em termos de população activa ocupava, em 1979, o segundo lugar com 53.9%, só superada pela Jugoslávia cuja população activa representava 59.1% da sua emigração total na Alemanha.

O facto de Portugal ocupar, em termos relativos, a segunda posição quanto ao peso da população activa no total do contingente emigratório português é sinal evidente que o reagrupamento familiar se concretizou em termos moderados, ou seja, embora se juntasse o casal na emigração, os filhos, em grande parte, permaneciam em Portugal para fazerem os seus estudos. Daí a fraca percentagem de população passiva apresentada pela emigração portuguesa na Alemanha, quando comparada com outras nacionalidades.

Tal como já dissemos a Alemanha constituiu o país de destino para 130 000 emigrantes legais portugueses no período que medeia entre 1960 e 1990; destes, 70.6% encaminharam-se para o sector industrial, 11.1% para o sector terciário (saúde, higiene, limpeza, etc.) e 5.3% para os transportes e comunicações. A agricultura, sector de onde provinha a maioria dos emigrantes, recebeu apenas 2.7% .

Quadro III - Emigração total e respectiva população activa na Alemanha por países (1979)

PAÍSES	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO ACTIVA				
	NÚMERO	%	Nº ORDEM	NÚMERO	H (%)	M (%)	%	Nº ORDEM
Turquia	1 268 307	30.6	1	540 471	73.6	26.4	42.6	6
Jugoslávia	620 649	15.0	2	367 301	63.3	36.7	59.1	1
Itália	594 424	14.3	3	300 442	74.7	25.3	50.5	3
Grécia	296 803	7.2	4	140 139	58.9	41.1	47.2	5
Espanha	182 155	4.4	5	89 992	68.5	31.5	49.4	4
Portugal	109 843	2.7	6	59 145	66.0	34.0	53.9	2

Fonte: ANBA, Estatística de 22.4.1980. citada por MATOS, Manuel – *A Emigração na RFA do Ponto de Vista do Emigrante Português*. Ob. cit..

A emigração portuguesa para França e Alemanha tomou o aspecto de autêntica debandada, fazendo-se sentir a falta de mão de obra quer na agricultura, quer na indústria. Como escrevia Orlando Ribeiro ³⁸⁾ *o movimento afectou o País inteiro os campos como as cidades e gente de diversos ofícios. Nas aldeias ele é mais aparente: aldeias de velhos, de mulheres e crianças mas sem homens válidos, às vezes com correntezas de casas fechadas. Os lugares serranos, se não têm estrada nem luz, ficam ermos com a saída do último casal de velhos, à procura do convívio e de uma esmola.*

38) RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Sá da Costa Editora. 4ª Edição. Lisboa, 1986.

5 · Emigração legal e clandestina para Espanha

Pese embora os condicionalismos históricos por que passaram as duas nações peninsulares que levaram a um desconhecimento mútuo das suas realidades e de um certo clima de desconfiança artificialmente criado e provocado – em ambos os lados – com propósitos pouco transparentes, desde remotos tempos que se verificaram movimentos populacionais nos dois sentidos. São disso prova eloquente o elevado número de Galegos que periodicamente entravam e se fixavam em Portugal ³⁹⁾, e o não menos elevado número de portugueses, sobretudo povos raianos, que entraram nas minas, nas pescas e nos centros industriais do norte de Espanha.

A primeira corrente migratória com destino a Espanha teve lugar a partir do início do século XVI, dirigindo-se os emigrantes preferencialmente para Sevilha. Segundo João Lúcio de Azevedo, citado por Joel Serrão ⁴⁰⁾ ... *dizia-se que a quarta parte dos habitantes da cidade (Sevilha) era gente nascida em Portugal, e o português era a língua que, por toda a parte, nas ruas se ouvia falar. Também em Madrid, e nas províncias limítrofes, Estremadura e Castela-a-Velha, o afluxo de portugueses era considerável, sendo eles na maior parte*

39) Em 1969 o número de espanhóis que trabalhavam em Portugal elevava-se a 8 000. Ver, a este respeito, CACHERO, L. A. Martínez – *La Emigración Española a Examen*. A.S.E.. Madrid, 1970.

40) SERRÃO, Joel – *A Emigração*. Dicionário de História de Portugal. Ob. cit..

os que, nas povoações, exercitavam ofícios mecânicos. Este fluxo de emigração portuguesa em Espanha poderá, de algum modo, estar relacionado com a escassez de mão de obra que aí se fazia sentir, motivado pelo esforço de colonização que a Espanha levava a efeito na América.

Mais tarde, na segunda metade do século XIX, altura em que a corrente emigratória se dirigia predominantemente para o Brasil, os poucos emigrantes portugueses que optaram pela Europa faziam-no para Espanha, trabalhando na agricultura, nas minas e na pesca. Não é possível fazer a quantificação deste fluxo emigratório para Espanha, uma vez que a maioria destes emigrantes entrava ilegalmente no país vizinho, e aí permanecia perfeitamente indocumentada.

A partir de 1942 é possível avaliar o quantitativo da emigração portuguesa para Espanha, através dos valores fornecidos pelo Anuario Estadístico de España e pela Cáritas Portuguesa, muito embora tais valores estejam subavaliados uma vez que respeitam apenas à emigração legal.

A partir de 1970 a Espanha passa a ocupar a terceira posição no destino dos emigrantes portugueses na Europa, sendo o quantitativo da emigração portuguesa para este país muito superior àquele referido nas estatísticas oficiais, uma vez que estas não consideram a emigração clandestina. Acresce ainda o facto de muitos dos portugueses que se deslocam para trabalhar em Espanha, sobretudo nas zonas fronteiriças, serem trabalhadores sazonais, não tendo por isso residência permanente nesse país.

Quadro IV - Portugueses residentes em Espanha (no fim de cada ano)

ANOS	RESIDENTES	ANOS	RESIDENTES	ANOS	RESIDENTES
1942	10 518	1958	15 122	1974	24 712
1943	11 690	1959	15 151	1975	23 102
1944	12 207	1960	14 798	1976	22 849
1945	12 982	1961	14 937	1977	22 550
1946	14 240	1962	15 627	1978	21 833
1947	14 766	1963	16 235	1979	22 932
1948	14 487	1964	17 332	1980	23 856
1949	14 777	1965	19 427	1981	24 713
1950	14 570	1966	21 587	1982	24 156
1951	14 764	1967	24 235	1983	22 676
1952	14 918	1968	25 428	1984	22 869
1953	14 916	1969	25 241	1985	23 342
1954	15 434	1970	25 483	1986	28 677
1955	16 872	1971	26 191	1987	31 012
1956	16 845	1972	26 088	1988	31 612
1957	17 180	1973	26 300	1989	32 936

Fonte: - Anuário Estadístico de España, citado por SERRÃO, JOEL - A Emigração Portuguesa. Ob. cit..

- Emigração e Promoção - Semana Nacional das Migrações. Janeiro de 1974, citado por SERRÃO, JOEL - A Emigração Portuguesa. Ob. cit..

- Instituto de Emigração Espanhola

Nem só a França chegaram os emigrantes indocumentados portugueses. Muitos deles ficaram por Espanha, especialmente por Oviedo e região de Leon. A quantificação destes não é fácil, e só através de processos indirectos poderemos avaliar a grandeza do fluxo.

O Cônsul honorário português em Leon, Professor Lopez Perez, numa entrevista dada a Mensageiro de Bragança ⁴¹⁾ afirmava: *há cerca de nove mil portugueses a trabalhar na área de Leon com a sua situação devidamente legalizada. Todavia, pelos contactos que tenho mantido com as entidades locais, penso que o número de portugueses radicados entre nós pode subir para o dobro e isto por que mais de 50 por cento dos portugueses alcançaram Leon numa situação ilegal, não se apresentam no consulado português e fogem das autoridades espanholas.*

Eduardo Sousa Ferreira ⁴²⁾, citando notícias da imprensa diária de 1969, afirmava que *colónias de emigrantes portugueses de origem rural se tenham estabelecido em Espanha, por exemplo em Oviedo, a maioria das quais é constituída por emigrantes ilegais.*

Segundo o Instituto de Emigração Espanhola ⁴³⁾ *a comunidade portuguesa em Espanha estima-se em 76 524 indivíduos, sendo 7 135 já nacionalizados, 22 869 residentes, 1 520 têm autorização de permanência e 45 mil estão indocumentados.* Segundo José António Perales ⁴⁴⁾ *48% dos portugueses legais e ilegais que residem actualmente em Espanha chegaram ao nosso país antes da Revolução dos Cravos e conseguinte descolonização africana (1974); 19% entre 1974 e 1980; 7% entre 1981 e 1983; e 8% entre 1984 e 1986.* Para ingressar em Espanha, diz ainda o mesmo autor, *52% dos portugueses fazem-no como turistas, 17% levam já consigo contrato de trabalho e, finalmente, 27% vai ilegalmente.* No mesmo sentido se pronuncia Lopez Trigal ⁴⁵⁾ quando afirma que *na actualidade Espanha é o terceiro maior destino da emigração portuguesa europeia, com mais de 33 000 residentes em Espanha oficialmente e uns 70 000 estimados no total, somando à anterior população residente os clandestinos.*

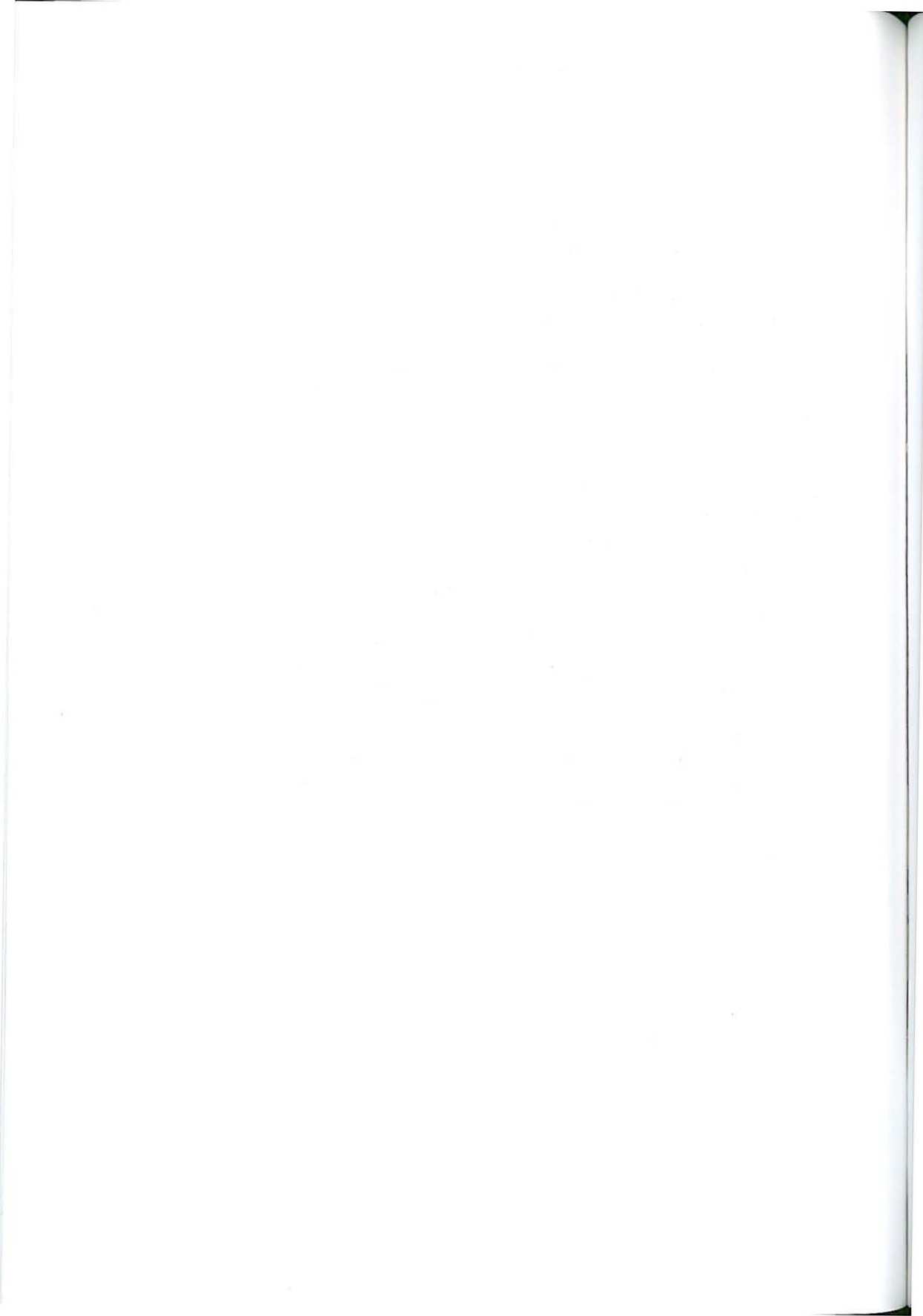
41) MENSAGEIRO DE BRAGANÇA de 14/7/1980.

42) FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas da Emigração*. Ob. cit..

43) Cf. Instituto de Emigração Espanhola, citado pelo Jornal "O Emigrante" de 20 de Julho de 1990.

44) PERALES, José António - *Los Portugueses. Informe Sobre la Pobreza y la Exclusión Social en el Colectivo de los Inmigrantes Portugueses de la Comunidad de Madrid*. Consejería de Integración Social de la Comunidad de Madrid. 1992.

45) LOPEZ TRIGAL, Lorenzo *et al* - *Evaluación del Programa Hispano-Luso Para La Acción Educativa y Cultural*. Universidad de León. 1992.



6 · Emigração para outros países

Os Estados Unidos da América assumiram-se como o segundo país de destino mais importante da corrente emigratória portuguesa transoceânica, principalmente dos emigrantes oriundos dos distritos insulares dos Açores e da Madeira.

Mesmo no período áureo da emigração para França, os EUA continuaram a absorver importantes contingentes emigratórios portugueses, constituindo-se assim num privilegiado polo de atracção da mão de obra portuguesa.

Do Quadro V ressalta o seguinte:

- I) A emigração portuguesa para os EUA revelou-se de fraca intensidade até 1870. A partir desta data, e até à grande depressão de 1929, teve um enorme crescimento como bem demonstram os 89 732 emigrantes entrados nos EUA no período de 1911 a 1920;
- II) Com a crise de 1929 e a II Guerra Mundial regista-se uma significativa diminuição do fluxo emigratório português para aquele país, o qual, contudo, volta a aumentar a partir da década de cinquenta, mantendo-se com valores relativamente elevados até 1979;
- III) O número de portugueses que demandaram os EUA, desde 1820 até 1990, é muito elevado. Se a este valor fosse adicionada a emigração

Quadro V - Portugueses emigrados nos EUA (1820-1990)

ANOS	Nº DE EMIGRADOS	ANOS	Nº DE EMIGRADOS	ANOS	Nº DE EMIGRADOS
1820	35	1951-1960	19 588	1978	8 171
1821-1830	145	1961-1965	14 308	1979	8 181
1831-1840	829	1966	8 482	1980	4 981
1841-1850	550	1967	13 400	1981	4 295
1851-1860	1 005	1968	11 827	1982	1 889
1861-1870	2 658	1969	15 785	1983	2 437
1871-1880	14 082	1970	12 263	1984	2 651
1881-1890	16 978	1971	10 545	1985	2 783
1891-1900	27 508	1972	9 465	1986	2 725
1901-1910	69 149	1973	8 160	1987	2 644
1911-1920	89 732	1974	9 540	1988	2 110
1921-1930	29 994	1975	8 975	1989	255
1931-1940	3 329	1976	7 499	1990	377
1941-1950	7 423	1977	6 748	TOTAL	463 501

Fonte: - SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Ob. cit.. (De 1820 a 1972)
 - OLIVEIRA, L. Valente – *A Interação Entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal*. Ob. cit. (de 1973 a 1980).
 - Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (de 1980 a 1990)

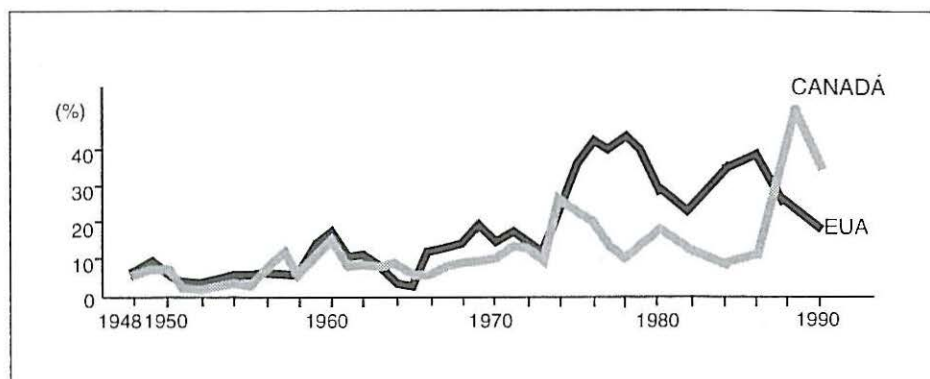
clandestina, que também existiu ⁴⁶⁾, poderíamos afirmar que meio milhão de portugueses tiveram de deslocar-se para os EUA à procura de melhores dias, que o solo pátrio lhes negava.

A emigração portuguesa para o Canadá atingiu também proporções elevadas, chegando mesmo, em certos períodos, a ultrapassar a verificada para os EUA (Gráfico V).

Sendo o Canadá um dos países mais abertos à imigração ⁴⁷⁾ nos últimos anos e constituindo a emigração um fenómeno estrutural da economia portuguesa, não admira que 160 599 pessoas tivessem deixado Portugal para se fixarem naquele país, no decurso de 1946 a 1990.

46) Vários autores, especialmente açoreanos, referem-se à emigração clandestina para os EUA e aos episódios dramáticos que esta originava a bordo de qualquer navio ou veleiro. Ver, a este propósito, NEMÉSIO, Vitorino – *O Mistério do Paço do Milhafre*. Livraria Bertrand. Lisboa, 1949.

47) Já em 1947 o primeiro ministro do Canadá Mackenzie King afirmava que *a política do governo é desenvolver o crescimento da população do Canadá, incentivando a emigração. O governo vai procurar, por meio de legislação, de regulamentação e de uma administração enérgica, garantir a seleção atenta e a instalação permanente de um número de imigrantes capaz de ser vantajosamente absorvido na nossa economia nacional*. Em 1966, o Livro Branco da Imigração preconizava que *os imigrantes devem contribuir realmente para estimular o crescimento económico com o contributo das suas qualificações, ideias, técnicas novas ou investimentos financeiros*, in JONES, L. W. – *Immigration Policy in the United States and Canada*. IEA. Londres, 1969.

Gráfico V - Emigração para os EUA e o Canadá (1948-1980)

Fonte: Elaborado com base nos dados constantes em:

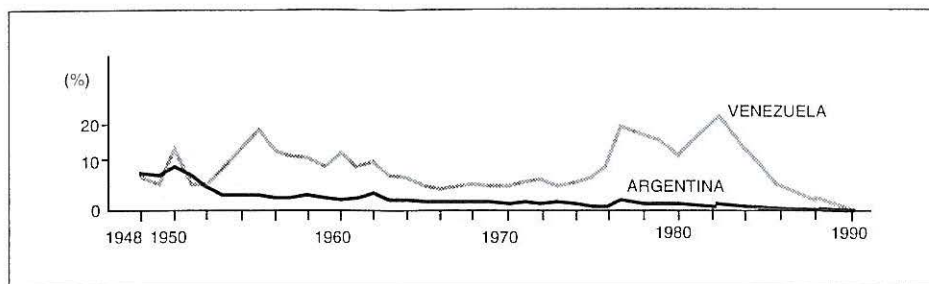
- RIBEIRO, F. G. Cassola – *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984*. Ob. cit..
- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1980 a 1990)

Os emigrantes portugueses radicados no Canadá eram, na sua grande maioria, operários especializados ou quadros técnicos, uma vez que aquele país praticava uma política selectiva de imigração, interessando-lhe apenas aqueles emigrantes com um perfil adequado às características da sua economia. A justificação para esta política selectiva era dada, pelas autoridades, nos seguintes termos: *o custo elevado da formação profissional das profissões liberais e técnicas dá a medida do benefício que resulta de virem para o Canadá, em número adequado, pessoas que têm uma boa formação nos domínios destas profissões liberais e técnicas. Por maioria de razão, pode-se dizer o mesmo das vantagens proporcionadas ao Canadá por imigrantes portadores de capitais ou competências na gestão das empresas*⁴⁸⁾.

Dois outros países do Continente Americano foram igualmente importantes quanto ao destino da corrente emigratória portuguesa: a Venezuela e a Argentina.

No período de 1948 a 1990 deixaram Portugal 100 112 emigrantes com destino à Venezuela e 43 719 que se fixaram na Argentina. A maioria destes emigrantes, proveniente do sector primário, foi trabalhar na agricultura e comércio daqueles países.

48) GEORGE, PIERRE – *As Migrações Internacionais*. Ob. cit..

Gráfico VI - Emigração portuguesa para a Venezuela e Argentina (1948-1990)

Fonte: Elaborado com base nos dados constantes em:

- RIBEIRO, F. G. Cassola – *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984*. Ob. cit..
- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1980 a 1990)

A grande hemorragia da população portuguesa ao longo dos tempos chegou a outros países, a outros continentes, como demonstra o Quadro VI.

Quadro VI - Emigração portuguesa para outros países (1960-1990)

PAÍSES	NÚMERO DE EMIGRANTES
África do Sul (a)	26 787
Luxemburgo	10 670
Reino Unido	8 015
Suíça	7 176
Austrália	16 393
Holanda	5 527

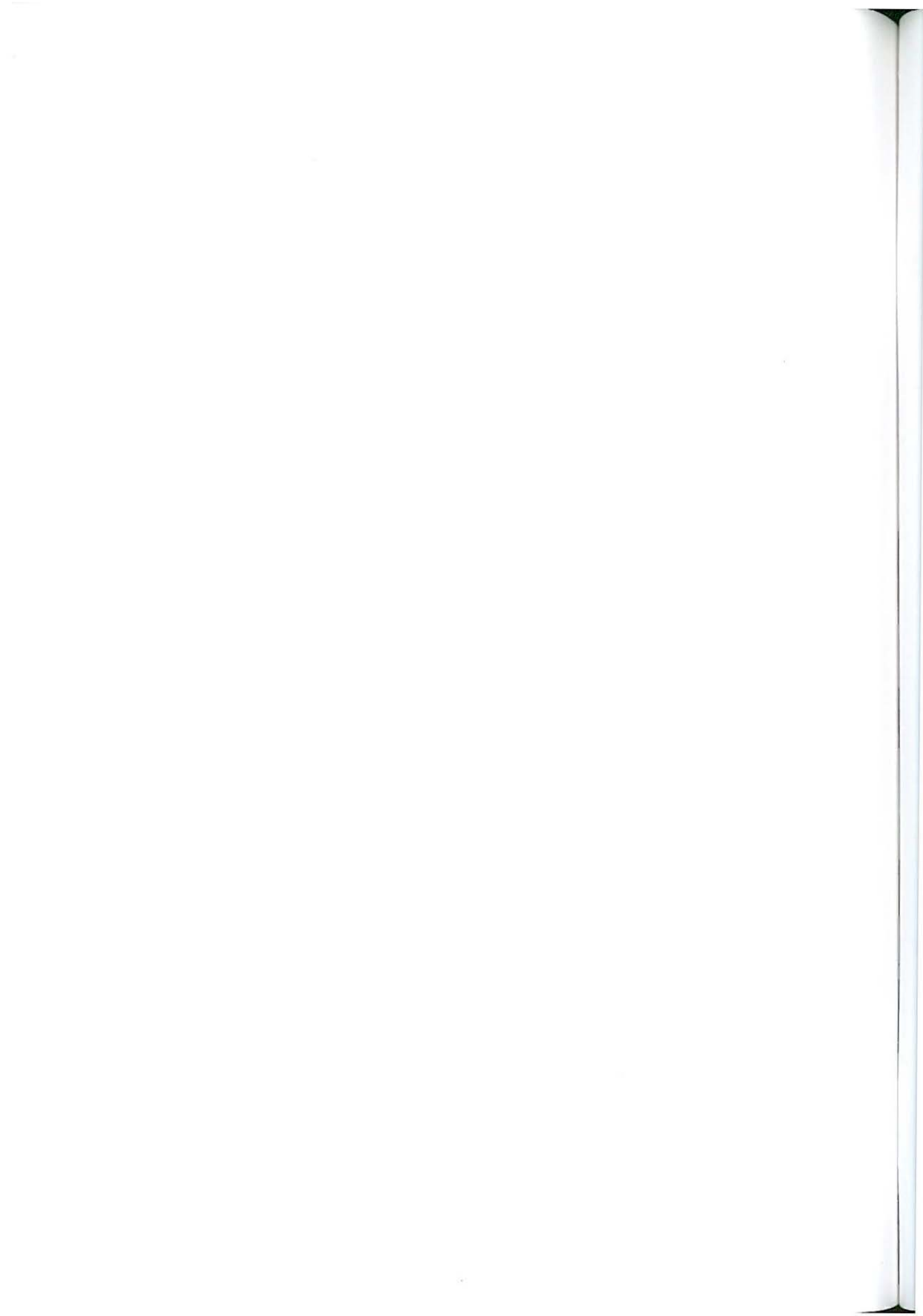
a) Respeita ao período 1948-1990

- Fonte :
- RIBEIRO, F. G. Cassola – *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984*. Ob. cit..
 - SEECP – *A Emigração Portuguesa. Dados Estatísticos Retrospectivos*. 1960-1984. Ob. cit..
 - GUERREIRO, José – *Análise Tendencial da Emigração Portuguesa nos Últimos Anos*. Cadernos da Revista de História Económica e Social. 1-2. Sá da Costa. Lisboa, 1981.
 - Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1980 a 1990).

Desde a África do Sul – para onde emigraram, até 1974, predominantemente naturais das ex-colónias de Moçambique e Angola – até à Austrália, a necessidade ⁴⁹⁾ sentida pelo povo português em conseguir uma vida digna levava-o a calcorrear os quatro cantos do Mundo. Já em 1891 Oliveira Martins ⁵⁰⁾ afirmava que ... *a emigração portuguesa é descomunal, e que ela é sem dúvida alguma o facto económico que em Portugal traduz de uma maneira mais completa, de uma maneira mais evidente, a desordem da nossa economia interna.* Um século depois desta afirmação a emigração portuguesa continua a ser o reflexo natural da incapacidade de quem comanda(ou) a política e a economia deste país, condenado, desde Fernão Mendes Pinto, a viver em peregrinação.

49) Tratava-se, de facto, mais de uma necessidade do que de um direito a emigrar de que falavam os governantes portugueses. Na realidade, *as circunstâncias não lhes permitiam uma vida digna no seu país. Antes do direito a emigrar o trabalhador tem direito a viver e a trabalhar no seu próprio país. Desta forma o facto de emigrar não deve ser visto como um privilégio, mas, sobretudo, como uma amarga realidade,* in MINGA, Teófilo A. Rodrigues – *La Famille Dans L'Immigration. Étude de la Problematique dans le Domaine de L'Immigration Portugaise en Suisse.* Secretaria de Estado da Emigração. Porto, 1985.

50) MARTINS, J. P. Oliveira – *Fomento Rural e Emigração.* Lisboa, 1956.



7 · A corrente “emigratória” para as ex-colónias portuguesas

Embora com características próprias e de algum modo diferentes da emigração transoceânica e europeia, o movimento “emigratório” para as ex-colónias portuguesas assumiu também elevadas proporções, sobretudo a partir do início da década de cinquenta.

A saída do país correspondia a uma decisão individual, motivada pelo baixo nível de vida da população e pelo subemprego crónico da agricultura portuguesa. Embora, em muitos casos, a iniciativa individual continuasse a determinar a saída para as ex-colónias portuguesas, o Estado era o grande responsável pela “emigração” orientada para essas paragens. No dizer de Eduardo Sousa Ferreira ⁵¹⁾ *o apoio dado pelo Estado à emigração individual era explicável (...) uma vez que, com a colonização, seriam em parte anulados o subemprego crónico e a pressão demográfica, inevitavelmente portadores de conflitos sociais.*

A partir do fim da II Guerra Mundial o Estado português abandona a sua função de orientador da “emigração” para as colónias, assumindo-se como o grande impulsionador de uma “emigração” controlada ⁵²⁾ para as

51) FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas da Emigração*. Ob. cit..

52) Segundo JÚNIOR, Rodrigues *a emigração controlada permitirá ao Estado moldar e dirigir num certo sentido toda a actividade resultante da emigração, de modo a que ela corresponda a determinados objectivos políticos e económicos*, in *Colonização*. África Editora. Lourenço Marques, 1969.

citadas colónias.

Dois objectivos estiveram na base desta mudança de atitude do Estado português: por um lado, e como objectivo político, a tentativa de manutenção da soberania portuguesa naqueles territórios, o que implicava uma forte presença de população oriunda do Continente⁵³; por outro, e como objectivo económico, a tentativa de um mercado protegido nas ex-colónias, às quais se compravam matérias primas a preços inferiores aos praticados no mercado mundial e se vendiam produtos originários da pouco competitiva indústria nacional, produtos esses com fraca elasticidade de procura.

Um outro motivo, exógeno à vontade do estado português, esteve na base da intensificação da “emigração” para a ex-África portuguesa por iniciativa dos poderes públicos: a guerra colonial, iniciada em Angola em 1961 e em Moçambique nos finais de 1964.

Os governantes portugueses, confrontados com o alastramento do conflito armado, viram-se na necessidade de incentivar a “emigração” colectiva para esses territórios numa tentativa de assegurar a resistência a esse conflito.

A política de povoamento que teve então lugar revelou-se de extrema utilidade na contenção (que nunca na resolução) da guerra travada com os movimentos de libertação, constituindo *uma das armas fundamentais na luta que conduzimos em África (...) e, se quisermos que Angola e Moçambique continuem a fazer parte do mundo português, temos que povoar esses territórios, isto é, temos que conduzir para aí sem demora e no ritmo mais acelerado possível a corrente da emigração de Portugal e, ao mesmo tempo, utilizar os milhares de jovens que aí lutam pela nossa causa*⁵⁴.

Esta política acelerada de povoamento em África levou a um aumento significativo da população branca daqueles territórios, especialmente de Angola, muito embora, como já vimos, a corrente emigratória portuguesa continuasse, naquela altura, a encaminhar-se preferencialmente para França e Alemanha. Aliás, e como é óbvio, o governo português não dispunha de condições económicas capazes de permitirem um desvio acentuado da corrente emigratória da Europa para as ex-colónias, uma vez que o saldo negativo da

53) Afirmava-se, a este respeito, que *nas sociedades em evolução, como as da África Negra, o processo evolutivo não pode dispensar um permanente afluxo de trabalhadores especializados de todos os graus e em todos os sectores, quer como instrumento imprescindível dos projectos de desenvolvimento económico, quer para as mais variadas tarefas da vida civilizada, quer para o enquadramento e formação profissional de camadas cada vez mais extensas das populações aborígenes (...) por isso entendemos que deve ser incrementado o povoamento da nossa África por elementos europeus que ali estabeleçam o seu lar e encontrem a verdadeira continuação da Pátria*, in MOREIRA, Adriano – *Batalha da Esperança*, Bertrand, Lisboa, 1962.

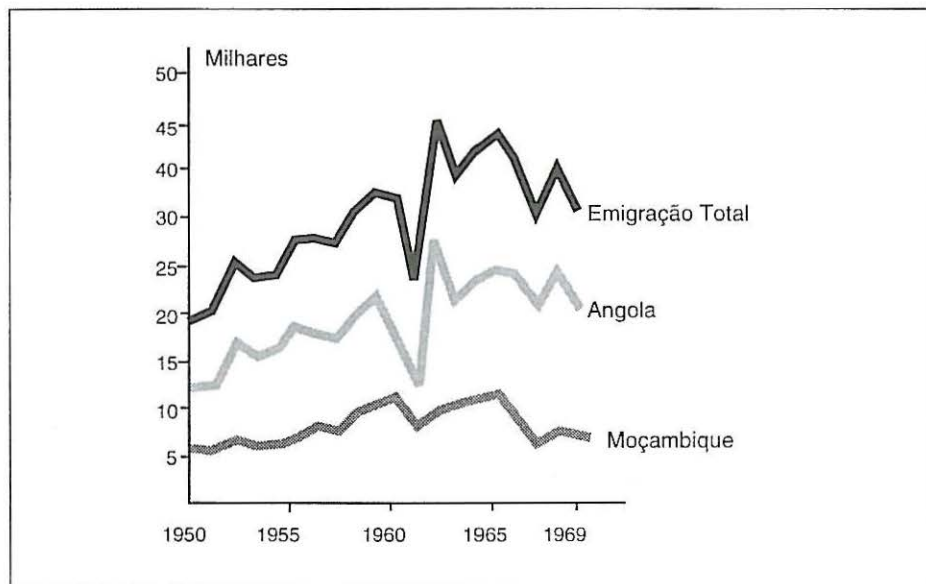
54) Cf. OLIVEIRA, Hermes de Araújo, citado por FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas de Emigração*. Ob. cit..

balança de pagamentos – resultante do défice crónico da balança comercial – era financiado, em grande parte, pelas remessas de divisas dos emigrantes em países europeus.

Da quantificação da “emigração” portuguesa para as ex-colónias, de 1943 a 1969, expressa no Quadro VII, ressalta que:

- I) Até ao ano de 1950 o saldo da emigração era reduzido, nunca atingindo uma saída média de 10 000 pessoas/ano. A explicação para este tão diminuto fluxo emigratório deve procurar-se na falta de atractivos que as ex-colónias proporcionavam e, também, num certo receio de adaptação ao clima e ao trabalho em África, manifestado pelos naturais do Continente e Ilhas;
- II) Nos finais dos anos quarenta e princípios dos anos cinquenta, o café, produto de exportação por excelência da ex-África Portuguesa⁵⁵⁾, atinge preços muito elevados no mercado mundial. Com a perspectiva de grandes e rápidos lucros, intensifica-se a corrente “emigratória” do Continente e Ilhas para os territórios africanos, surgindo o saldo da emigração com valores superiores a 10 000 pessoas;
- III) Com o início da guerra em Angola, em 1961, regressam desta ex-colónia mais de 20 000 pessoas, traduzindo-se o saldo da emigração por uma entrada líquida na Metrópole de praticamente 7 000 indivíduos;
- IV) A política de povoamento levada a efeito, como já dissemos, pelo estado português a partir de 1961, fez com que os saldos da emigração aumentassem, atingindo, logo no ano de 1962, o valor de 17 291 pessoas. Esta política de povoamento surtiu efeito sobretudo em Angola, revelando-se pouco eficaz em Moçambique, onde, após a eclosão da guerra em 1964, a emigração desceu continuamente (Gráfico VII)
- V) As únicas colónias de povoamento eram efectivamente Angola e Moçambique, apresentando as restantes saldos da emigração irrelevantes;
- VI) De 1943 a 1969 a emigração para as ex-colónias portuguesas elevou-se a mais de 681 000 pessoas. Embora muitas destas tivessem regressado ao Continente e Ilhas após um período mais ou menos prolongado, o saldo da emigração apresenta o valor de 236 191 indivíduos, montante bastante reduzido quando comparado com os valores atingidos na emigração transoceânica e europeia.

55) Logo a partir de 1950 *quatro quintos da produção de café, que desde então constituiu o principal produto de exportação de Angola, encontravam-se nas mãos dos brancos*, in FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas de Emigração*. Ob. cit..

Gráfico VII - Emigração para as ex-colónias portuguesas (1950-1969)

Fonte: – FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas de Emigração*. Ob. cit..

Acabámos de ver que o montante da emigração, ao longo dos tempos, atingiu proporções alarmantes, sobretudo se tivermos em conta o facto de Portugal ser um país com moderada densidade populacional.

No período que medeia entre 1855 e 1973 o total de quantos trocaram, definitiva ou temporariamente, o pátrio solo pelas longes terras terá andado próximo dos 4 000 000 de indivíduos. E, para se entender o peso de tal movimentação de gente, lembre-se que a população de Portugal Continental e Insular ascendeu, em 1900 e 1970, respectivamente, a 5 446 760 e 8 611 110⁵⁶⁾.

56) SERRÃO, JOEL – *Notas Sobre Emigração e Mudança Social no Portugal Contemporâneo*. Revista “Análise Social”. Vol. XXI. Nº 87, 88 e 89. Lisboa, 1985.

Quadro VII - Saldo da "Emigração" para as ex-colónias portuguesas

ANOS	"EMIGRANTES"									"EMIGRANTES" REGRESSADOS									SALDO DA EMIGRAÇÃO
	CABO VERDE	GUINE	S. TOMÉ	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	ÍNDIA	MACAU	TIMOR	TOTAL	CABO VERDE	GUINE	S. TOMÉ	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	ÍNDIA	MACAU	TIMOR	TOTAL	
1943	400	507	171	3 699	1 851	-	-	-	6 628	434	291	95	2 250	1 731	-	-	-	4 801	1 827
1944	216	301	137	2 616	1 855	54	-	-	6 098	243	244	187	2 284	1 477	57	-	6	4 969	1 129
1945	215	336	181	4 290	3 141	61	39	4	9 441	421	329	173	3 197	2 001	114	-	6	6 905	2 536
1946	320	373	194	4 990	3 854	33	51	405	11 138	405	393	213	3 480	2 450	78	598	201	8 259	2 879
1947	357	343	273	7 966	6 004	67	111	78	15 779	336	406	220	3 503	1 894	107	94	55	7 027	8 752
1948	289	337	337	7 882	4 813	46	60	44	14 276	278	334	291	4 963	2 821	51	36	16	9 167	5 109
1949	406	514	326	9 248	5 553	31	16	1	16 456	626	387	196	4 801	2 391	93	95	49	8 893	7 563
1950	330	400	319	12 369	5 610	10	-	5	19 409	357	314	213	5 392	2 765	9	65	71	9 427	9 982
1951	405	528	359	12 611	5 700	25	2	57	20 144	485	465	261	4 988	2 585	206	14	17	9 228	10 816
1952	354	645	410	16 871	6 420	163	174	48	25 593	499	388	303	6 737	3 128	142	138	177	11 825	13 768
1953	387	480	439	15 586	5 846	327	120	98	23 665	407	432	284	7 155	3 126	336	113	106	12 350	11 315
1954	551	527	443	16 062	5 758	259	43	56	24 094	466	489	282	7 242	3 169	364	286	70	12 550	11 454
1955	721	651	438	18 764	6 450	118	88	116	27 593	560	548	287	9 514	3 341	162	25	30	14 746	12 847
1956	786	701	461	17 683	7 991	105	73	45	27 848	529	624	404	9 105	3 024	271	96	84	14 330	13 518
1957	763	733	468	17 458	7 682	75	53	53	27 301	541	556	411	10 733	3 734	318	196	127	16 937	10 364
1958	853	747	522	19 896	9 368	99	95	89	31 673	485	592	509	12 414	3 863	166	176	111	18 673	13 000
1959	850	849	575	21 886	10 319	126	75	91	34 771	498	687	481	13 207	4 328	206	228	107	20 344	14 427
1960	917	1 014	795	17 714	11 170	109 (a)	130	179	32 028	671	802	531	13 849	4 233	313 (a)	83	153	21 613	10 415
1961	808	860	500	12 448	8 177	-	34	70	23 099	1 043	951	618	20 641	5 153	-	128	151	30 018	- 6 919
1962	947	907	704	28 047	9 649	-	121	114	40 653	1 655	607	549	12 564	5 229	-	688	323	23 362	17 291
1963	1 094	1 005	568	21 146	10 134	-	100	103	34 493	1 874	769	434	16 319	5 966	-	106	189	26 088	8 405
1964	1 214	692	408	23 652	10 788	-	84	74	37 202	2 247	620	321	15 366	6 204	-	227	198	25 980	11 222
1965	1 376	698	620	24 493	11 276	-	56	112	39 395	1 626	545	682	15 823	5 067	-	63	166	25 272	14 123
1966	1 563	518	620	24 309	8 605	-	60	74	36 196	2 018	567	554	16 348	4 711	-	126	115	25 409	10 787
1967	1 890	453	449	20 980	6 330	-	33	69	30 322	2 306	457	515	17 210	5 942	-	188	179	27 707	2 615
1968	1 937	434	536	24 464	7 574	-	124	48	35 252	2 479	460	499	16 400	4 934	-	138	86	25 993	9 259
1969	1 594	404	582	21 050	7 231	-	18	12	31 171	1 876	416	622	14 696	4 809	-	57	113	23 569	7 607
TOTAL	21 543	15 937	11 855	428 180	189 149	1 708	1 760	2 045	681 628	25 365	13 673	10 335	370 181	100 076	2 993	3 964	2 886	445 442	236 191

a) Passou a pertencer ao Estado da Índia a partir de 1961.

Fonte: — FRANCO, António L. Sousa - *A População de Portugal. Notas para um estudo da Estrutura Demográfica Portuguesa*. Boletim do BNU. N° 75/76. Lisboa, 1968. (Valores de 1943 a 1967).

— FERREIRA, Eduardo Sousa - *Origens e Formas da Emigração*. Ob. cit.. (Valores de 1968 a 1969).



8 · Efeitos demográficos da emigração

Todas as migrações internacionais se repercutem com maior ou menor intensidade na estrutura demográfica do país de origem. Na verdade, ocasionando a emigração alterações na proporção da população activa de um país, tal facto irá repercutir-se na produtividade do trabalho e no rendimento *per capita* ; por outro lado, a emigração vai ocasionar uma alteração na taxa de dependência e, daí, diminuir a capacidade de um país em satisfazer necessidades colectivas relacionadas com a educação, com a saúde, com os tempos livres, etc..

Os movimentos espaciais da população contribuem ainda para uma alteração substancial da estrutura de uma população por sexos e idades, tornando-se assim responsáveis, a longo prazo, pelas eventuais modificações que se verifiquem na fecundidade das respectivas populações.

São aliás as alterações ocorridas na estrutura de idades, motivadas pela emigração, um dos aspectos mais significativos destes movimentos populacionais, cujo estudo permitirá explicitar os diferentes problemas socioeconómicos que qualquer emigração acarreta.

Para a realização deste estudo torna-se imprescindível a existência de estatísticas fiáveis, apresentando, ao longo dos tempos, uma desagregação dos movimentos espaciais da população por sexo e por grupos de idade, contemplando, com idêntica desagregação, eventuais movimentos clandestinos que tenham ocorrido.

Em Portugal, só a partir de 1955 é que o INE começou a subdividir os quantitativos emigratórios por grupos de idades quinquenais⁵⁷⁾, continuando, contudo, a apresentar apenas valores globais relativos à emigração clandestina, ao regresso de emigrantes e à “emigração” para as ex-colónias portuguesas.

Para podermos utilizar directamente as estatísticas portuguesas sobre emigração recorreremos à denominada *equação de concordância*⁵⁸⁾, cujo princípio pode ser enunciado da seguinte forma: no intervalo que decorre entre dois recenseamentos consecutivos a população de determinado país varia em função dos nascimentos, mortes e migrações internacionais ocorridas nesse período, originando os nascimentos e as imigrações aumentos populacionais e as mortes e emigrações perdas populacionais.

$$P_{x+n} = P_x + N + I - M - E$$

em que :

P_x - população no primeiro recenseamento considerado

P_{x+n} - população no segundo recenseamento considerado

N - número de nascimentos verificados entre os dois recenseamentos

I - número de imigrantes entrados em Portugal no decurso do período intercensitário

M - número de mortes verificadas entre os dois recenseamentos consecutivos

E - número de emigrantes saídos de Portugal no decurso do período intercensitário.

Os dois membros da equação de concordância só excepcionalmente é que apresentam o mesmo valor – seja qual for o país – uma vez que, para tal acontecer, implicaria a existência de estatísticas nacionais rigorosas e totalmente exactas. Há sempre erros na forma como se obtêm os valores constantes dos

57) Em 1889 o INE apresentava os quantitativos emigratórios por dois grandes grupos de idade: menores de 14 anos e maiores de 14 anos; em 1941 passou a classificar o número de emigrantes segundo os seguintes grupos de idades: 14-21 anos, 22-29 anos, 30-39 anos, 40-49 anos e mais de 50 anos. Para além desta última classificação ser pouco desagregada, revela ainda inexactidões graves, o que faz com que o somatório do quantitativo emigratório português por classes de idades seja, na grande maioria dos anos, diferente do número total de emigrantes apresentado para esse mesmo ano.

58) Seguimos, neste aspecto, a orientação preconizada por NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Revista “Análise Social”. 2ª Série. Nº 46. Vol. XII. 1976.

diferentes recenseamentos⁵⁹⁾, erros esses que tendem a compensar-se uns aos outros e a tornar-se, desta forma, pouco ou nada significativos.

Nesta perspectiva, a equação de concordância é utilizada, fundamentalmente, para estimar o saldo migratório (I - E). Assim:

$$(P_{x+n} - P_x) = (N - M) + (I - E)$$

o que nos permite afirmar ser o crescimento populacional verificado entre dois recenseamentos consecutivos $(P_{x+n} - P_x)$ igual à soma entre o saldo fisiológico

$(N - M)$ e o saldo migratório $(I - E)$.

Explicitando o valor de $(I - E)$ na equação anterior resulta que:

$$(I - E) = (P_{x+n} - P_x) - (N - M)$$

ou seja: o saldo migratório é igual à diferença entre o crescimento intercensitário e o saldo fisiológico.

Com base nos dados fornecidos pelas estatísticas portuguesas e na equação de concordância calculámos o saldo migratório para os anos de 1951-1960 e 1961-1970, por serem os mais representativos da emigração portuguesa.

$$(I - E)_{1951-60} = 448\ 080 - 1\ 090\ 795 = -642\ 715$$

$$(I - E)_{1961-70} = -226\ 140 - 1\ 072\ 620 = -1\ 298\ 760$$

Os valores encontrados mostram que no período de 1951-1960 e 1961-1970 o saldo migratório foi permanentemente negativo, apresentando valores crescentes e significativos.

Se as estatísticas portuguesas fossem correctas e reflectissem toda a realidade da emigração, os valores aí encontrados para o saldo migratório deveriam ser iguais, ou muito próximos, dos anteriormente calculados através da equação de concordância.

No Quadro VIII apresentamos os valores encontrados para o saldo migratório, nos períodos anteriormente referidos, obtidos directamente das

59) Segundo estudos elaborados no Princeton Office Research, *Portugal, à semelhança da Espanha, da Itália e da Grécia, tem dois períodos no que respeita à qualidade dos recenseamentos elaborados: um período que vai até à I Guerra Mundial (recenseamentos de 1864, 1878, 1890, 1900 e 1911), com erros que, por vezes, chegam aos 17%, e um segundo período (de 1920 até aos nossos dias), em que a margem de erro é relativamente estável e reduzida: menos de 1%, in NAZARETH, J. Manuel - O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa. Ob. cit..*

estatísticas oficiais portuguesas.

Quadro VIII - Cálculo do saldo migratório através das estatísticas

ANOS	EMIGRAÇÃO LEGAL (a) -(1)-	EMIGRAÇÃO CLANDESTINA (b) -(2)-	SALDO DA EMIGRAÇÃO DAS EX-COLÓNIAS (c) -(3)-	EMIGRANTES RETORNADOS (d) -(4)-	SALDO MIGRATÓRIO (5)=(4)-(1+2+3)
1951-1960	353 354	9 870	121 924	15 448	- 469 700
1961-1970	681 004	446 053	77 848	15 580	- 1 189 325

Fonte: - a) OLIVEIRA, L. Valente - *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal. Anexo I. Ob. cit.*

- b) Idém, *Ibidem*.

- c) FRANCO, António L. Sousa - *A População de Portugal. Notas para um Estudo da Estrutura Demográfica Portuguesa. Ob. cit.* e FERREIRA, Eduardo Sousa - *Origens e Formas da Emigração. Ob. cit.*

- d) INE. *Anuários Demográficos e Estatísticas Demográficas*.

Da comparação entre os valores obtidos do saldo migratório pelo método da equação de concordância e pelos cálculos com base nas estatísticas oficiais portuguesas resulta que, pelo método da equação de concordância o número de emigrantes supera o de imigrantes, no período que vai de 1951 a 1970, em 1 941 475; em igual período, agora pelo cálculo directo nas estatísticas oficiais, o acréscimo de emigrantes em relação aos imigrantes foi apenas de 1 659 025. Valores tão diferentes para o saldo migratório são sintoma evidente de falta de exactidão das estatísticas portuguesas sobre emigração, o que inviabiliza a utilização pura e simples de métodos directos para estimar as características demográficas da emigração portuguesa⁶⁰. Como afirma J. Manuel Nazareth⁶¹... *só com muita prudência se poderá inferir dos dados disponíveis as características socioeconómicas. Caberá aos economistas, sociólogos, assistentes sociais, políticos, etc., procurar a melhor via para superar as lacunas encontradas pela análise demográfica no caso concreto da emigração portuguesa.*

60) A inexactidão das estatísticas portuguesas quanto à emigração pode ser melhor comprovada quando estudamos o período 1931-1940. Na verdade, pelo método da equação de concordância o saldo migratório é positivo, revelando uma entrada de imigrantes superior à saída de naturais do Continente e Ilhas em 67 574 indivíduos. O mesmo saldo migratório, em idêntico período, calculado directamente pelas estatísticas, apresenta um valor negativo, indicativo de uma saída de emigrantes superior em 39 498 pessoas à correspondente entrada de imigrantes em Portugal. Desta flagrante contradição se infere que milhares de emigrantes e/ou imigrantes passavam à margem de qualquer controlo oficial.

61) NAZARETH, J. Manuel - *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa. Ob. cit.*

Para superar um tão evidente desfasamento entre os valores encontrados para o saldo migratório português, vamos recorrer a um método indirecto ⁶²⁾ - o da população esperada

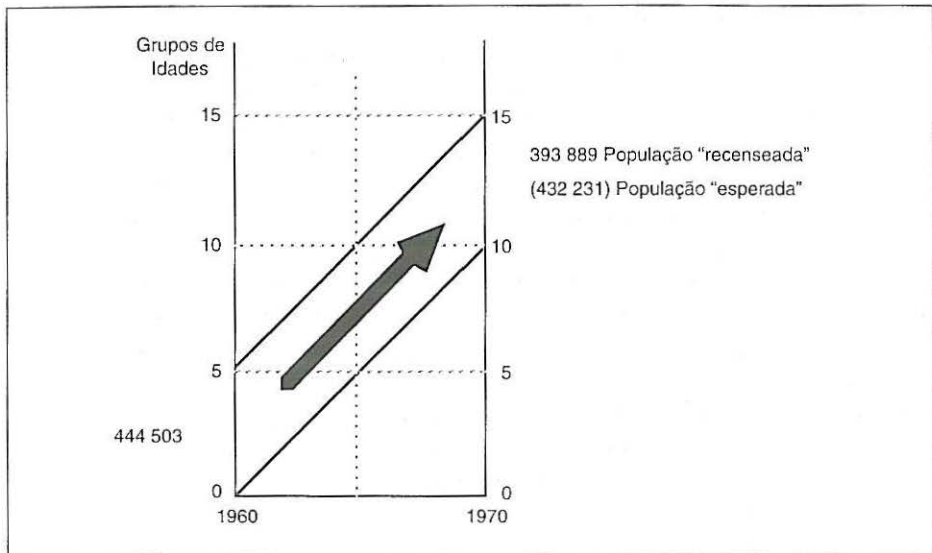
Este método consiste, grosso modo, na comparação dos quantitativos de uma grupo de gerações em dois recenseamentos sucessivos (t) e (t + n). Começamos por multiplicar o efectivo da população no momento do recenseamento (t) pela probabilidade que essa mesma população tem em vencer a morte ao longo do período considerado (n); obtemos, desta forma, a população “esperada” no momento (t + n), no caso de variar apenas em função da morte. Da comparação entre o valor da população “esperada” em (t + n) e o efectivamente registado no recenseamento em (t + n), resulta uma diferença de valor que explica o quantitativo do saldo migratório por grupos de idades.

Para além do factor morte uma população é também condicionada, ao longo do tempo, pelos nascimentos que vão ocorrendo. O problema dos nascimentos resolve-se de idêntica maneira ao das mortes: multiplica-se o número de nascimentos verificados pela probabilidade de sobrevivência ao longo do período (t) a (t+n); compara-se, posteriormente, o efectivo “esperado” com o “recenseado”.

A título de exemplo, e seguindo a metodologia proposta por J. Manuel Nazareth ⁶³⁾, vamos calcular o saldo migratório da população masculina portuguesa, em 1970, no grupo de idades de 10-15 anos.

62) Segundo NAZARETH, J. Manuel ... *na ausência de estatísticas directas (ou na sua comprovada inexactidão), começou uma nova era na análise demográfica, que consistiu justamente em encontrar métodos indirectos que permitam estimar os dados em falta. De tal maneira estes métodos se aperfeiçoaram nos últimos anos que, hoje em dia, a metodologia indirecta de estimação, além de ser um processo de preencher lacunas, se tornou um instrumento de controlo da exactidão dos métodos directos*, in *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit.

63) NAZARETH, J. Manuel - *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit.

Gráfico VIII - Cálculo do saldo migratório pelo método "Forward" ⁶⁴⁾

$$P_{10-15}^{1970} = P_{0-5}^{1960} \times P_{n \times} (\text{probabilidade de sobrevivência})^{65)}$$

$$P_{10-15}^{1970} = 444\,503 \times [(0.97668) \times (0.99561)]$$

$$P_{10-15}^{1970} = 432\,231$$

Como o saldo migratório é igual à diferença entre a população "recenseada" e a população "esperada", aparece:

$$(I - E) = 393\,889 - 432\,231 = -38\,342$$

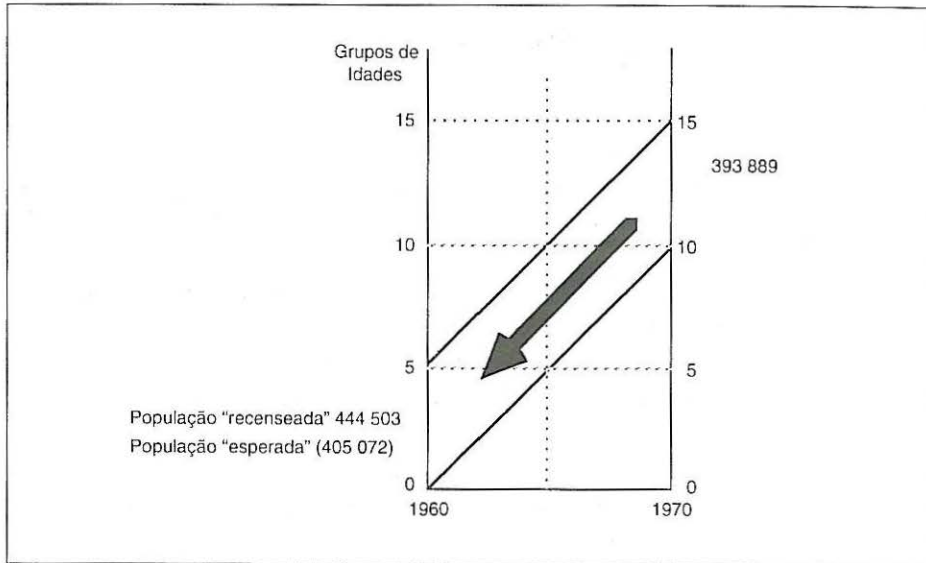
Podemos igualmente calcular o saldo migratório da população masculina portuguesa partindo do momento $(t + n)$. Para tal, multiplicamos a população masculina, recenseada em 1970, com 10-15 anos, pelos inversos das probabilidades de sobrevivência, obtendo assim a população "esperada" em

64) Como a estimação se faz de $t \rightarrow t + n$ este método é designado, na terminologia anglo-saxónica, por forward.

65) A probabilidade de sobrevivência é dada pelas tábuas calculadas por NAZARETH, J. Manuel - *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit.. Ver também, a este respeito, CÂNDIDO, L. Morgado - *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*. Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa, 1969.

1960. A diferença entre a população “esperada” e a população “recenseada” dá-nos uma nova estimação do saldo migratório, agora pelo denominado método “reverse”, uma vez que se faz no sentido $(t + n) \rightarrow (t.)$

Gráfico IX - Cálculo do saldo migratório pelo método “Reverse”



$$P_{0-5}^{1960} = P_{10-15}^{1970} \times \frac{I}{P_{n \ x}}$$

$$P_{0-5}^{1960} = 393\ 889 \times \left[\left(\frac{I}{0.97668} \right) \times \left(\frac{I}{0.99561} \right) \right]$$

$$P_{0-5}^{1960} = 405\ 072$$

O saldo migratório, é igual à diferença entre a população “esperada” e a população “recenseada”, ou seja:

$$(I - E) = 405\ 072 - 444\ 503 = -39\ 431$$

O valor encontrado para o saldo migratório é diferente do encontrado pelo método “forward”, e superior a este. No dizer de J. Manuel Nazareth ⁶⁶⁾ a lógica interna de cada um introduz um determinado tipo de erro que, sem ser muito grande, leva o método forward a subestimar o resultado e o método

66) NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit.

reverse a sobrestimá-lo.

Numa tentativa de minimizar os erros anteriores vamos também proceder ao cálculo do saldo migratório pelo método da média aritmética dos valores encontrados pelos dois processos a que aludimos. No exemplo que apresentámos o saldo migratório da população masculina portuguesa, em 1970, no grupo de idades de 10-15 anos, seria:

$$(I - E) = \frac{(-38\ 342) + (-39\ 431)}{2}$$

$$(I - E) = -38\ 887$$

Segundo os três métodos enunciados, por sexos e grupos de idade, vamos calcular o saldo migratório para os períodos anteriormente considerados de 1950-1960 e 1960-1970.

O período de 1950-1960 marca o início da grande debandada da população portuguesa para o estrangeiro, apresentando o saldo migratório valores negativos em todos os grupos de idade.

Da leitura do Quadro IX é possível concluir que:

- I) No período 1950-1960 a emigração portuguesa para o estrangeiro faz-se em todas as idades e em ambos os sexos, indiscriminadamente, tendo apenas como limite a vontade individual de cada pessoa;
- II) A população activa jovem é aquela que mais sofre os efeitos da emigração, com saídas para o estrangeiro significativas, levando consigo – ou indo mais tarde – toda a sua família, como bem demonstram os saldos migratórios negativos observados nos grupos de idade 0-4, 5-9 e 10-14 anos (Gráfico X)
- III) Nos grupos de idade mais avançada (50-54, 55-59, 60-64 e 65-69 anos) é significativa a saída de mulheres, o que poderá estar relacionado com os serviços domésticos que normalmente executavam nos países de destino, nos quais facilmente conseguiam emprego;
- IV) Neste período a população recenseada é, para todos os grupos de idade, inferior à população “esperada”, pelo que não há quaisquer ganhos migratórios.

O período de 1960-1970 marca o grande êxodo da população portuguesa, atingindo proporções nunca vistas noutras épocas da sua história. Mais de um milhão e trezentos mil portugueses deixaram as suas terras e as suas casas, fugindo da fome, do subemprego, da miséria, procurando noutros países um destino diferente daquele que o seu lhes reservava. Os governantes portugueses de então, perante o drama da desertificação de grandes zonas do país e da escassez de mão de obra na agricultura e na indústria, faziam apelos

pouco convincentes à permanência dos cidadãos, dificultavam as saídas legais através da utilização de processos burocráticos morosos e dispendiosos, não conseguindo estancar a hemorragia que eles próprios haviam provocado, pela ausência de medidas de política económica capazes de fixarem a população e proporcionar-lhe um nível de vida digno ⁶⁷⁾.

Para além da saída massiva da população activa jovem – fenómeno que vinha já acontecendo em épocas anteriores – há a destacar, neste período, a enorme corrente emigratória verificada no sexo masculino nos grupos de idade dos 20-24 e 25-29 anos (Gráfico XI), facto que julgamos estar relacionado com a fuga à guerra colonial que então começara e/ou com o final do cumprimento do serviço militar obrigatório.

Igualmente significativa foi a emigração de mulheres, especialmente das pertencentes aos grupos etários compreendidos entre os 20 e os 39 anos. Esta tão elevada emigração de mulheres, nestes grupos, deve-se à conjugação de vários factores: acompanhamento do marido desde o início da emigração, reagrupamento familiar e até emigração enquanto solteira, facto sociológico pouco frequente nas mulheres em épocas anteriores.

Vimos, de 1950 a 1970, como os movimentos migratórios afectaram, com maior ou menor intensidade, a estrutura dos grupos de idade, fenómeno bem visível nas duplas pirâmides de idades apresentadas.

Da observação destas pirâmides parece poder concluir-se que a emigração provocou, na base, um “envelhecimento”, já que a população recenseada é inferior à população “esperada” no grupo 0 - 19 anos; por outro lado, poder-se-ia concluir da análise directa das pirâmides ter a emigração provocado, no topo, um “rejuvenescimento”, uma vez que nos grupos de idade mais avançada (60 e mais anos) a população “esperada” era maior do que a recenseada. Esta seria a conclusão a extrair numa óptica de curto prazo, na qual, por observação directa, se analisassem apenas os efeitos provocados pela emigração num dado momento, no conjunto dos grupos de idade.

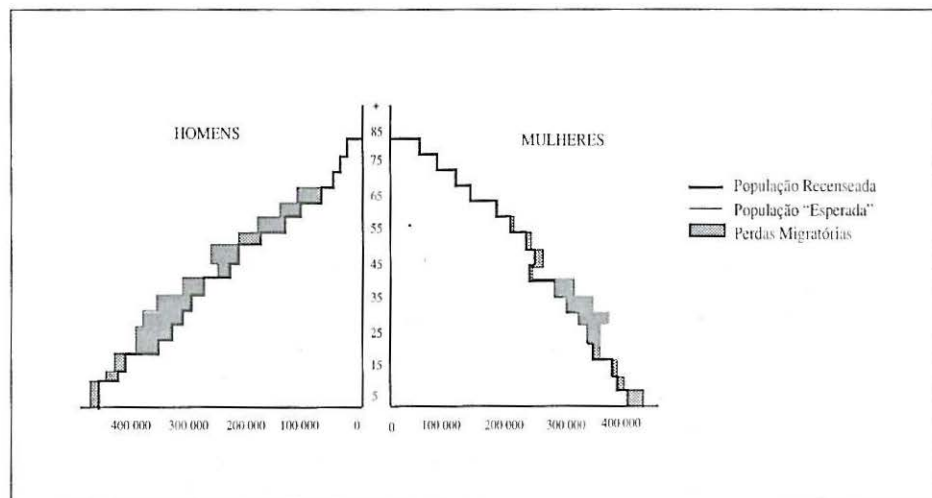
67) A impotência do Estado em conter o crescente fluxo emigratório está bem patente na seguinte declaração do então Ministro da Justiça Professor Antunes Varela: *O Estado não pode, senão em termos muito limitados, impedir os nacionais de emigrarem; mas de modo nenhum deve estimular, favorecer ou facilitar a emigração, sem prejuízo do dever, que a Constituição lhe impõe, de proteger os emigrantes. Se infringir a primeira directiva, o legislador pode violar uma liberdade fundamental dos cidadãos; afastando-se da segunda, o Estado corre por seu turno o risco de lesar gravemente o interesse geral da Nação*, in “O SÉCULO” de 19/11/1966, citado pela Revista “Nordeste”. Nº 15. Dezembro de 1966.

Quadro IX - Cálculo do saldo migratório no período de 1950-1960

GRUPOS DE IDADE	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	MÉTODO FORWARD	MÉTODO REVERSE	MÉTODO DA MÉDIA	MÉTODO FORWARD	MÉTODO REVERSE	MÉTODO DA MÉDIA
0-4	-22 823	-25 593	-24 208	-25 428	-27 895	-26 662
5-9	-23 769	-27 671	-25 720	-14 071	-16 170	-15 121
10-14	-13 955	-14 495	-14 225	-5 003	-5 173	-5 088
15-19	-35 331	-35 762	-35 547	-8 294	-7 144	-7 719
20-24	-62 924	-63 939	-63 432	-20 497	-20 739	-20 618
25-29	-70 345	-72 065	-71 205	-50 646	-51 552	-51 099
30-34	-62 952	-64 962	-63 957	-41 273	-42 189	-41 731
35-39	-38 021	-39 428	-38 725	-31 734	-32 520	-32 127
40-44	-12 270	-12 812	-12 541	-10 564	-10 865	-10 715
45-49	-14 254	-15 105	-14 680	-17 012	-17 605	-17 309
50-54	-4 436	-4 865	-4 651	-7 158	-7 180	-7 169
55-59	-3 242	-3 647	-3 446	-9 118	-9 719	-9 419
60-64	-2 372	-2 821	-2 597	-6 685	-7 356	-7 021
65-69	-833	-1 083	-958	-5 810	-6 812	-6 311
TOTAL	-367 530	-384 248	-375 892	-253 293	-262 919	-258 109

Fonte: NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit..

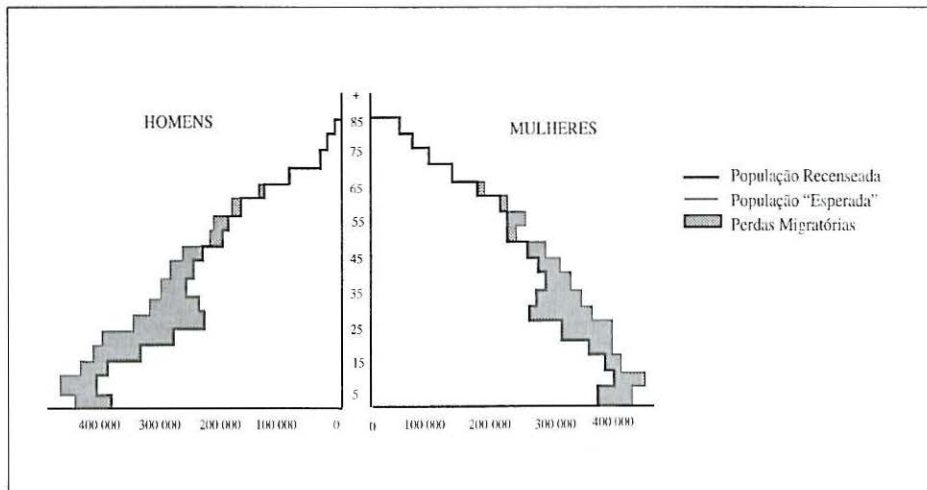
Gráfico X - Efeitos das perdas e ganhos migratórios na estrutura por sexo e idades-1960



Quadro X - Cálculo do saldo migratório no período de 1960-1970

GRUPOS DE IDADE	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	MÉTODO FORWARD	MÉTODO REVERSE	MÉTODO DA MÉDIA	MÉTODO FORWARD	MÉTODO REVERSE	MÉTODO DA MÉDIA
0-4	-62 443	-66 513	-64 478	-58 356	-61 780	-60 068
5-9	-54 668	-61 905	-58 287	-58 057	-64 203	-61 130
10-14	-38 342	-38 887	-38 615	-25 636	-26 353	-25 995
15-19	-73 602	-74 427	-74 015	-39 224	-40 980	-40 102
20-24	-118 961	-120 873	-119 917	-83 163	-83 671	-83 417
25-29	-119 906	-121 519	-120 713	-100 635	-101 456	-101 046
30-34	-79 637	-81 251	-80 444	-82 784	-81 811	-82 298
35-39	-53 627	-54 997	-54 312	-50 774	-51 511	-51 143
40-44	-34 035	-35 228	-34 632	-35 336	-36 026	-35 681
45-49	-28 531	-29 936	-29 234	-28 260	-29 000	-28 630
50-54	-15 743	-16 770	-16 257	-15 802	-16 342	-16 072
55-59	-15 152	-16 674	-15 913	-20 180	-21 247	-20 714
60-64	-7 388	-8 650	-8 019	-10 485	-11 398	-10 942
65-69	-2 593	-3 354	-2 974	-9 086	-10 452	-9 769
TOTAL	-704 628	-730 984	-717 810	-617 778	-636 230	-627 007

Fonte: NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit..

Gráfico XI - Efeitos das perdas e ganhos migratórios na estrutura por sexo e idades – 1970

Em Portugal, porém, a emigração constituiu-se num fenómeno contínuo ao longo dos tempos, pelo que os reflexos por ela provocados na estrutura macrodemográfica têm de ser analisados numa óptica de longo prazo, não se compadecendo esta com meras observações directas.

O Quadro XI dá-nos a evolução do “peso” dos grupos de idade 0-19, 20-59 e 60 e mais anos, em 1950, 1960 e 1970, assim como as respectivas variações observadas no período 1950-1970.

Da leitura deste quadro conclui-se, de imediato, que a emigração provocou um “rejuvenescimento” na base e um “envelhecimento” no topo, afirmação totalmente contrária da produzida por simples observação directa. Na verdade, quer no grupo 0-19 anos, quer no de 60 e mais anos, a população recenseada é sempre superior à “esperada”, o que se traduz num factor de “rejuvenescimento” nas primeiras idades e de “envelhecimento” nas últimas.

Em relação ao grupo 0-19 anos há que dizer ainda, tal como também mostra o Quadro XI, que muito embora a emigração contribua para o seu rejuvenescimento, apenas minimiza os efeitos da tendência que os movimentos naturais da população apresentam para um certo envelhecimento neste escalão etário.

Ao contrário, no grupo de 60 e mais anos, para além de um envelhecimento causado pelo movimento natural da população ⁶⁸⁾, os saldos migratórios negativos vêm ainda reforçar esta tendência para o envelhecimento deste grupo de idades, pelo que se verifica um duplo envelhecimento da população mais idosa.

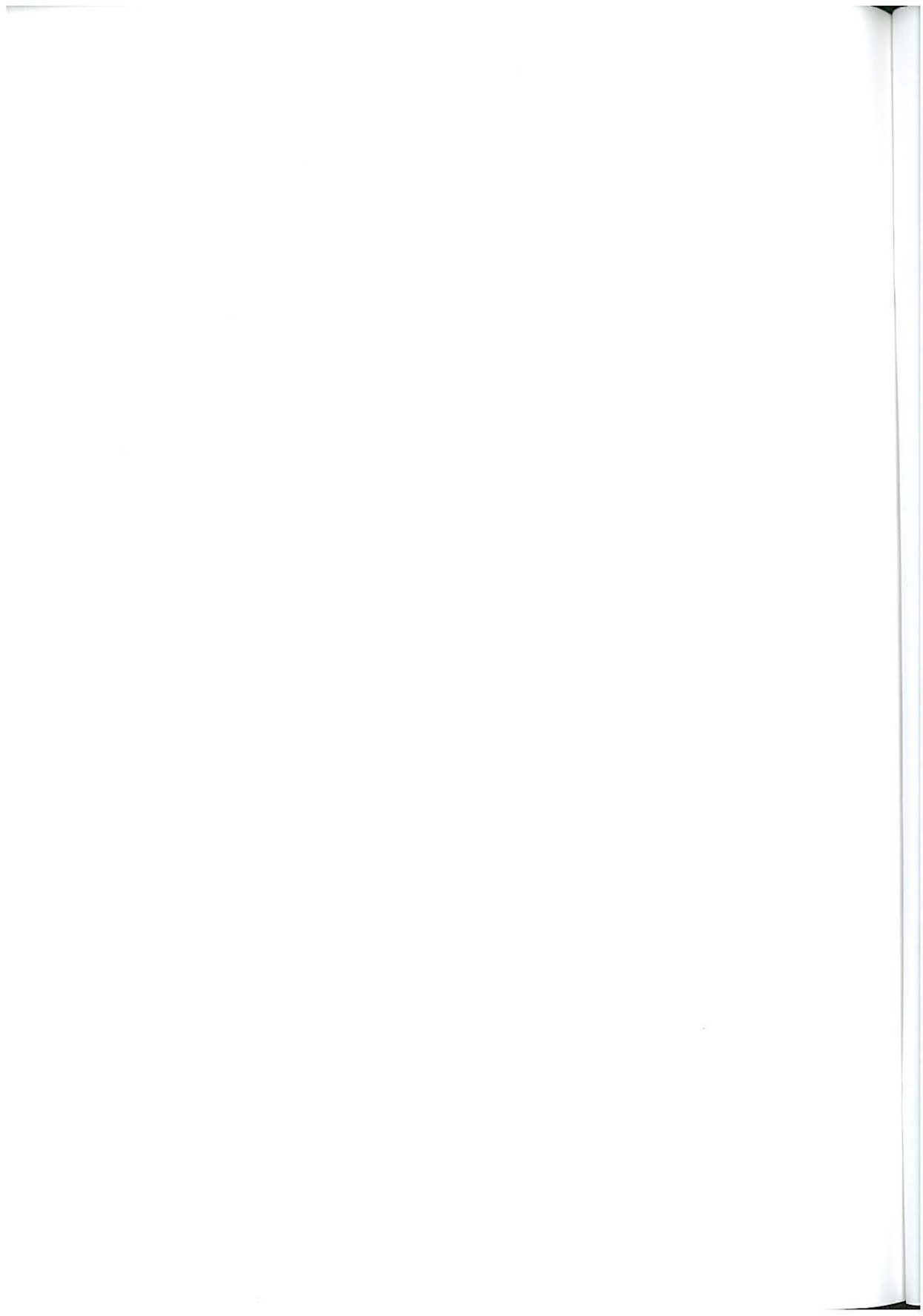
Podemos afirmar, em síntese, que a emigração portuguesa se traduziu, em termos demográficos, pela existência de uma estrutura por idades nada favorável ao desenvolvimento socioeconómico do país, dada a significativa redução da população em idade activa (20-59 anos) e o aumento que provocou na população mais idosa (60 e mais anos), arrastando várias regiões do país para níveis de desertificação perigosos e preocupantes.

68) Este envelhecimento é explicado pelo declínio da fecundidade que, em Portugal, começou a manifestar-se na década de 1920.

Quadro XI - "Peso" dos grupos de idade 0-19, 20-59 e 60 e mais anos (%)

POPULAÇÃO		0 - 19 ANOS				20 - 59 ANOS				60 e + ANOS			
		1950	1960	1970	VARIAÇÃO 1950-1970	1950	1960	1970	VARIAÇÃO 1950-1970	1950	1960	1970	VARIAÇÃO 1950-1970
		Recenseada	H	41,15	39,61	39,15	-4,90	50,04	50,37	48,21	-3,70	8,79	10,02
	M	37,15	35,67	34,97	-5,90	50,84	51,01	48,95	-3,70	12,01	13,30	16,06	33,70
Esperada	H	40,58	38,54	38,17	-5,90	50,87	52,17	50,84	-0,10	8,54	9,29	10,98	28,60
	M	36,56	34,90	34,30	-6,20	51,59	52,21	51,18	-0,80	11,85	12,87	14,51	22,50

Fonte: Elaborado com base em NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Ob. cit..



9 · Emigração: uma constante da vida portuguesa

A emigração portuguesa pode ser encarada segundo as causas estruturais que a originaram e o aspecto socioeconómico que lhe é inerente, e também pelas consequências que se reflectem na vida nacional e dos seus naturais.

Não sendo, longe disso, um problema novo, apresenta, no entanto, cambiantes novas que é preciso ter em atenção.

Na verdade, se a emigração portuguesa pode ser observada, como vimos, desde o início dos descobrimentos marítimos, variaram significativamente, ao longo dos anos, as causas que a originaram e a forma como se foi processando. No dizer de Armando de Castro ⁶⁹⁾ *não há dúvida que as correntes emigratórias ao longo dos últimos cinco séculos e meio foram geradas e mantidas em condições diversas, trazendo consequências que em grande parte variaram de período para período.*

A corrente emigratória ocorrida a partir do início dos anos sessenta distingue-se de todas as anteriores mais pelas características internas que revela, do que propriamente pelo volume registado, muito embora o motivo impulsionador da saída continue a ser o mesmo: procura de condições de vida mais favoráveis.

69) CASTRO, Armando de – *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*. Seara Nova. Lisboa, 1968.

Uma das características inatas da emigração dos anos sessenta é o carácter de verdadeira transferência internacional de mão de obra que a mesma assume, afastando-se assim do que era normal até então. O emigrante português, chegado a um país com nível de desenvolvimento superior, não ia com o objectivo imediato de virar comerciante ou industrial, como acontecia aquando da emigração para o Brasil.

A agudização das causas que levaram à intensificação da emigração nos anos sessenta trouxe, a esta, uma nova particularidade: o crescimento significativo da emigração clandestina, dirigida principalmente para França, que atingiu valores elevados como já vimos. Este aumento substancial da emigração clandestina tem de ser visto, fundamentalmente, mais como uma reacção espontânea aos desfasamentos entre as remunerações auferidas pela população activa portuguesa e as praticadas na maioria dos países da Europa Central, do que com as dificuldades burocráticas criadas à sua saída legal.

Todas as correntes migratórias verificadas no país até aos anos sessenta tiveram, como principais intérpretes, pessoas ligadas essencialmente ao sector primário. A corrente migratória dos anos sessenta manifesta-se por um certo equilíbrio de saídas do sector primário e secundário, apresentando assim uma nova faceta. Esta saída de pessoas do sector secundário levou muita mão de obra especializada ou semi-especializada, cuja formação demorou alguns anos e acarretou ao país custos sociais, aproveitando-se dela, contudo, as economias doutras nações ⁷⁰⁾. Como afirma Armando de Castro ⁷¹⁾ *na contabilização geral dos inconvenientes e vantagens da emigração, muitas vezes este elemento é esquecido. No entanto, ele joga presentemente em prejuízo dos interesses portugueses e em benefício dos países que absorvem uma mão de obra semi-especializada, para não falar já na visível penúria de pessoal com que diversas indústrias estão a lutar, devido em grande parte a este tipo de emigração.*

Uma outra circunstância diferente apresentada pela corrente migratória dos anos sessenta tem a ver com os países de acolhimento. Dirigindo-se tradicionalmente para a América do Sul, sobretudo para o Brasil, constata-se, a partir dos finais da II Guerra Mundial, uma inflexão nítida: os emigrantes

70) Já em 1902 se dizia que, *por muito pobre que seja um emigrante representa em todo o caso uma capitalização em cuidados, em alimentos, em vestuário e em educação, quer o preço de todas essas coisas tenha sido desembolsado pela família, quer tenha saído da assistência pública*, in ANDRADE, Anselmo de – *Portugal Económico*. Manuel Gomes, Editor. Lisboa, 1902.

71) CASTRO, Armando de – *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*. Ob. cit.

vão trabalhar para os países europeus, especialmente para França ⁷²⁾ e Alemanha. Várias implicações decorrem desta mudança da corrente migratória. Por um lado, tratando-se de países desenvolvidos, os emigrantes portugueses que aí chegavam viam-se – e eram vistos – no fundo da escala social existente, sem poderem participar activamente no desenvolvimento como havia acontecido em relação ao Brasil e outros países da América do Sul; por outro lado, o emigrante chegado aos países europeus levava consigo a ideia do regresso, alicerçada pelo facto de ter consciência de o motivo da sua permanência se ficar a dever a uma conjuntura económica favorável, em perfeita oposição ao que sempre acontecera com a emigração transoceânica, em que a ideia do regresso nunca se colocava. Escrevia a este propósito Valente de Oliveira ⁷³⁾: *a modificação verificada quanto aos países de destino determinou substanciais alterações no tipo de emigração. Os movimentos transoceânicos têm carácter definitivo, na sua generalidade, representando o retorno uma excepção. Os movimentos intra-Europeus são, na sua imensa maioria e pelo menos no momento da partida, intencionalmente temporários.*

Para além dos aspectos socioeconómicos que a emigração acarreta, há que atender e compreender todo um conjunto de factores humanos que se viram afectados e condicionados por aquela.

De facto, o fenómeno da emigração condicionou, ao longo dos tempos, a situação humana e social dos emigrantes e das suas famílias. Se, como afirma Armando de Castro ⁷⁴⁾ *por cada português que sai pelo menos mais dois sofrem um impacto doloroso do abandono, mesmo que o amparo económico não desfaleça, então, neste século, para uma massa de emigrantes totais que não deve andar longe da casa de dois milhões de indivíduos, mais quatro milhões sofreram assim imediata e directamente os seus efeitos*, o que bem demonstra a magnitude do fenómeno e o drama da emigração.

Quer na perspectiva económica, quer no plano humano, a emigração tem constituído, a nível do país, um dos maiores problemas nacionais, assumindo-se como um verdadeiro desafio à capacidade e inteligência do povo português.

Portugal contribuiu, ao longo dos tempos, com enormes contingentes para a emigração, estando o fenómeno migratório sempre presente no horizonte de muitos dos seus filhos. A procura de uma vida digna e desafogada constituiu,

72) *Se ele se encaminhou para a França, é porque quer a crise mundial de 1929, quer a guerra de 1939-1945, sucessivamente lhe fecharam os tradicionais portos de abrigo brasileiros e a CEE se erguia com o ímpeto da juventude, criando um largo mercado de trabalho em busca de proletários pouco qualificados e pouco exigentes, dispostos a aceitarem qualquer tarefa disponível*, in SERRÃO, JOEL – *Notas Sobre Emigração e Mudança Social no Portugal Contemporâneo*. Ob. cit..

73) OLIVEIRA, L. Valente – *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal*. Ob. cit..

74) CASTRO, Armando de – *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*. Ob. cit..

desde sempre, uma das preocupações fundamentais dos portugueses, impossibilitados de aqui concretizarem os objectivos que pretendiam atingir e aos quais se achavam, naturalmente, com direito.

Partiram.

Foram à procura da sorte noutras terras, conviver com outras gentes, sofrer a saudade da família e dos amigos, recordar o luar de Agosto na aldeia, as malhas, as sementeiras, os amores...

Que madrasta fora para eles a terra onde nasceram!

O grande poeta Guerra Junqueiro⁷⁵⁾, escrevia a propósito da emigração para o Brasil:

Olhai, olhai, vão em manadas

Os emigrantes...

Uivos de pó pelas estradas,

Junto do cais, nas amoradas

Das naus distantes...

...

...

...

Lá vão levados, mar sem fundo,

Longe das noivas e dos pais!...

Terras, Jesus! nos fins do mundo...

Voltarão? Quando, mar profundo?

Jamais! Jamais!

Morreu a vinha, não dá uvas...

É morto o velho camponês...

Pedras levadas pelas chuvas...

Tecto a cair... Orfãs e viúvas,

Luto e nudez!

Depois do Brasil, a Europa.

O mar viu-se substituído pelas longas estradas, só a necessidade de sair se manteve...

Continuaram a sair *em manadas*, mas agora indocumentados na maioria das vezes, clandestinos, *a salto* como se dizia. Portugal escoava-se em Nanterre, St. Denis, Aubervilliers, Champigny, Hamburg, Bayern, Berlin, Westfalen ..., à procura de um pão com sabor a lágrimas.

Manuel Alegre⁷⁶⁾, um dos maiores poetas do neorealismo português, espectador atento da trágico-heróica saída massiva dos *homens deste*

75) JUNQUEIRO, Guerra - *Finis Patriae*. Porto, 1967.

76) ALEGRE, Manuel - *O Canto e as Armas*. Centelha. Coimbra, 1970.

país, escrevia :

Solitário
por entre a gente eu vi o meu país.
Era um perfil
de sal
e abril.
Era um puro país azul e proletário.
Anónimo passava. E era Portugal
que passava por entre a gente e solitário
nas ruas de Paris.

Vi minha pátria derramada
na Gare de Austerlitz. Eram cestos
e cestos pelo chão. Pedacos
do meu país.
Restos.
Braços.
Minha pátria sem nada
sem nada
despejada nas ruas de Paris.

E o trigo ?
E o mar ?
Foi a terra que não te quis
ou alguém que roubou as flores de abril ?
Solitário por entre a gente caminhei contigo
os olhos longe como o trigo e o mar.
Éramos cem duzentos mil ?
E caminhávamos. Braços e mãos para alugar
meu Portugal nas ruas de Paris.

É a presença da diáspora portuguesa pelo Mundo desde os remotos tempos da conquista de Ceuta em 1415; é o fado dos portugueses espalhados pelos quatro cantos do Mundo, sempre ansiosos por regressarem ao seu torrão natal, como tão bem nos diz o poeta emigrante bragançano Raúl Morais ⁷⁷⁾:

Sozinho
Pelas ruas de Paris,
Assobio baixinho
Canções de saudade
Do meu país.

...

77) MORAIS, Raúl – *Ácido Canto*. Bragança, 1974.

...

...

Aqui trabalho
 E por estas ruas
 Passeio, quando a noite vem
 Envolta em seu manto negro
 Tecido ao natural.
 Mas não te iludas, França;
 Porque só as minhas mãos são tuas;
 A esperança, a minha esperança
 Essa mora em Portugal.

Senhores dos mares na época áurea dos Descobrimentos muitos portugueses vêm-se obrigados a demandar outras terras, outras gentes, para assegurarem a subsistência das famílias que o solo pátrio não lhes proporcionava.

E assim partiram muitos milhares, novos e velhos, homens e mulheres, prontos para (re)começar a vida noutras paragens, cidadãos de uma *Pátria em Viagem*, elementos activos, no dizer de Oliveira Martins ⁷⁸⁾ *desta quase única e em todo o caso principalíssima indústria portuguesa de exportação: a cria de gado humano*.

Quem culpar desta situação?

A sociedade portuguesa no seu todo, já que, como afirma Alexandre Herculano ⁷⁹⁾, *a miséria de um ou outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade*.

A eliminação das causas que determinaram a emigração - e o drama que lhe está associado - deverá constituir, para a geração actual, uma das suas principais prioridades, de molde a terminar com um problema que se vai arrastando há longos e intermináveis anos.

É tempo do país arranjar uma solução definitiva para o drama da emigração, sendo, para tal, perfeitamente pertinentes as palavras de Ramalho Ortigão ⁸⁰⁾ escritas no longínquo ano de 1874: *agora, quando o País já não tem o árabe nem a Ásia, nem tem a África, nem tem o judeu, nem o jesuíta, nem o frade, seria talvez um momento oportuno para que o País pensasse em não apelar mais para os suprimentos do acaso, e cuidasse em reorganizar-se honradamente pela instrução, pela renovação económica e pelo trabalho*.

É tempo de, finalmente, *procurar Portugal em Portugal*.

78) MARTINS, J. P. Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Ob.cit.

79) HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos*, Tomo IV. Círculo de Leitores, 1986.

80) ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. Tomo X. Círculo de Leitores. Lisboa, 1980.

Bibliografia

- AGUIAR, M. Manuela – *Problemas e Perspectivas da Emigração Portuguesa*.
Revista “Nação e Defesa”. Ano V. Nº 15. Julho-Setembro de 1980.
- ALEGRE, MANUEL - *O Canto e as Armas*. Centelha. Coimbra, 1970.
- ANDRADE, Anselmo de – *Portugal Económico*. Manuel Gomes, Editor. Lisboa,
1902.
- ANTUNES VARELA - Revista “Nordeste”. Nº 15. Dezembro de 1966.
- BARATA, Óscar Soares – *Migrações e Povoamento*. Sociedade de Geografia de
Lisboa. 1965.
- BAUDIN, Louis – *Traité d'Économie Politique*. Vol. II. Dalloz. Paris, 1957.
- CACHERO, L. A. Martínez – *La Emigración Española a Examen*. A.S.E.. Ma-
drid, 1970.
- CÂNDIDO, L. Morgado – *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*. Instituto
Gulbenkian de Ciência. Lisboa, 1969.
- CASTRO, Armando de – *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*. Seara Nova.
Lisboa, 1968.
- CEPEDA, Francisco J. Terroso et al. – *A Política Económica Francesa do Pós-
-Guerra*. IPB. Bragança, 1985.

- EVANGELISTA, João – *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa, 1971.
- FERREIRA, Eduardo Sousa – *Origens e Formas da Emigração*. Dissertação de Doutoramento. Iniciativas Editoriais. Lisboa, 1976.
- FRANCO, A. L. de Sousa – *A Emigração Portuguesa no Último Decénio – Causas, Problemas, Soluções*. Guimarães, 1971.
- GEORGE, Pierre – *As Migrações Internacionais*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Portugal e os Portugueses*. Diário de Lisboa de 5/3 a 2/4 de 1968.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'Emigration Portugaise (XV-XXe siècles)*. Revista de "História Económica e Social". Sá da Costa. Lisboa, 1978
- GUERREIRO, José - *Análise Tendencial da Emigração Portuguesa nos Últimos Anos*. Cadernos da Revista de "História Económica e Social". 1-2. Sá da Costa. Lisboa, 1981.
- HALLETT Graham - *The Political Economy of Immigration Control*. IEA. London, 1970.
- HUTT, W.H. - *Immigration Under "Economic Freedom"*. IEA. London, 1970.
- JONES, L. W. – *Immigration Policy in the United States and Canada*. IEA. Londres, 1969.
- JÚNIOR, Rodrigues - *Colonização*. África Editora. Lourenço Marques, 1969.
- LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo - *Evaluacion del Programa Hispano-Luso Para la Acción Educativa y Cultural*. Universidad de León, 1992.
- MARTINHO, Alberto Trindade – *Les Enfants D'Immigrés Portugais "Cá e Lá"*. Dissertação de Doutoramento. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Porto, 1986.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa, 1956.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *Política e História*. Lisboa, 1957.
- MENSAGEIRO DE BRAGANÇA de 14/7/1980.
- MINGA, Teófilo A. Rodrigues – *La Famille Dans L'Immigration. Étude de la Problematique dans le Domaine de L'Immigration Portugaise en Suisse*. Secretaria de Estado da Emigração. Porto, 1985.
- MOREIRA, Adriano – *Batalha da Esperança*. Bertrand. Lisboa, 1962.
- NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Revista "Análise Social". 2ª Série. Nº 46. Vol. XII. 1976.

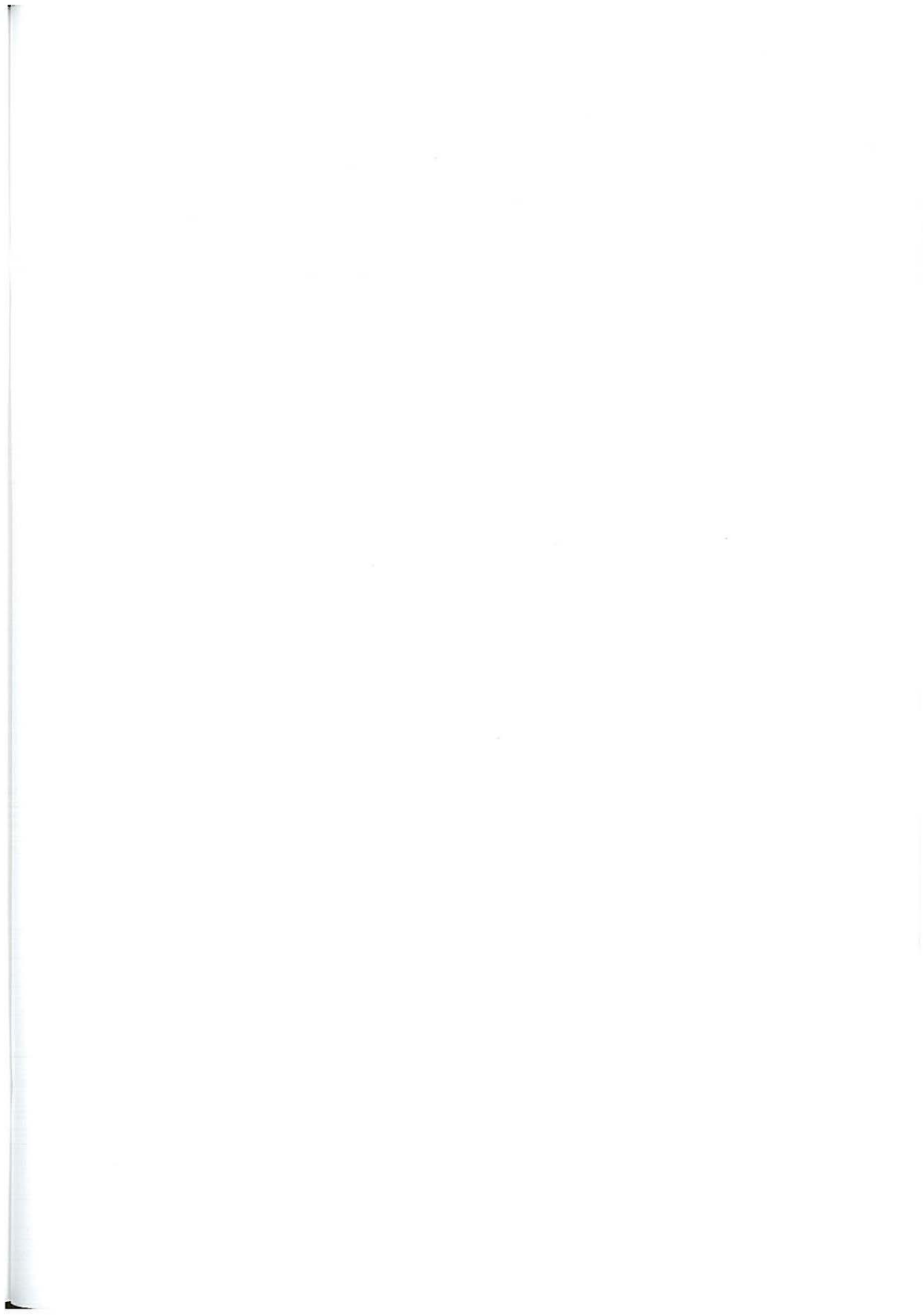
- NEMÉSIO, Vitorino – *O Mistério do Paço do Milhafre*. Livraria Bertrand. Lisboa, 1949.
- NETO, Félix – *A Migração Portuguesa Vivida e Representada*. Dissertação de Doutoramento. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Porto, 1986.
- OLIVEIRA, A. Águedo – *Portugal Perante as Tendências da Economia Mundial*. Centro de Estudos Económicos do INE. Lisboa, 1948.
- OLIVEIRA, L. Valente – *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal*. CCRN, 1982.
- ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*. Tomo X. Círculo de Leitores. Lisboa, 1980.
- PAPADEMETRIU, Demetrios - *Las Migraciones Internacionales en un Mundo en Evolución*. Revista “Internacional de Ciencias Sociales”. Vol. XXXVI. Nº 3. UNESCO, 1984.
- PERALES, José António - *Los Portugueses. Informe Sobre la Pobreza y la Exclusión Social en el Colectivo de los Inmigrantes Portugueses de la Comunidad de Madrid*. Consejería de Integración Social de la Comunidad de Madrid. 1992.
- RIBEIRO, F.G.Cassola - *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 50 a 84*. Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas. Porto, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Sá da Costa Editora. 4ª Edição. Lisboa, 1986.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – *Emigração Portuguesa: As Políticas de Trajecto de Ida e de Ciclo Fechado*. Cadernos da Revista de “História Económica e Social”. 1-2. Sá da Costa Editora. Lisboa, 1981.
- SANTA RITA, J. G. – *Colonização de Povoamento (Breves Noções)*. Sociedade de Geografia de Lisboa. 1949.
- SANTOS, Américo Ramos dos - *Transferência Inversa de Tecnologia: Conceitos e Características Principais*. Revista “Análise Social”. Vol. XIX. 1983 - 1º.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES PORTUGUESAS – *A Emigração Portuguesa. Dados Estatísticos Retrospectivos (1960-1990)*. Lisboa s/d..
- SERRÃO, Joel – *Emigração*. Dicionário de História de Portugal. Vol. II. Lisboa, 1965.
- SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. Livros Horizonte. 4ª Edição. Lisboa, 1982.
- SERRÃO, Joel – *Notas Sobre Emigração e Mudança Social no Portugal*

Contemporâneo. Revista "Análise Social". Vol. XXI. Nos. 87, 88 e 89. Lisboa, 1985.

TABBARATH, Riad - *El Futuro de las Migraciones Internacionales*. Revista "Internacional de Ciencias Sociales". Vol. XXXVI. Nº 3. UNESCO, 1984.

THOMAS, Brinley - *Migration and Economic Growth : A Study of Great Britain and the Atlantic Economy*. Cambridge, 1954.

ZOLBERG, A.R. - *Contemporary Transnational Migration in Historical Perspective: Patterns and Dilemmas*. Lexington Books, 1982.



Títulos publicados:

A agricultura nos distritos de Bragança e Vila Real

Francisco José Terroso Cepeda – 1985

Política económica francesa

Francisco José Terroso Cepeda – 1985

A educação e o ensino no 1º quartel do século XX

José Rodrigues Monteiro e Maria Helena Lopes Fernandes – 1985

Trás-os-Montes nos finais do século XVIII:**alguns aspectos económico-sociais**

José Manuel Amado Mendes – 1985

O pensamento económico de Lord Keynes

Francisco José Terroso Cepeda – 1986

O conceito de educação na obra do Abade de Baçal

José Rodrigues Monteiro – 1986

Temas diversos – economia e desenvolvimento regional

Joaquim Lima Pereira – 1987

Estudo de melhoramento do prado de aveia

Tjarda de Koe – 1988

**Flora e vegetação da bacia superior do rio Sabor
no Parque Natural de Montesinho**

Tjarda de Koe – 1988

**Estudo do apuramento e enriquecimento
de um pré-concentrado de estanho tungsténio**

Arnaldo Manuel da Silva Lopes dos Santos – 1988

Sondas de neutrões e de raios Gama

Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo – 1988

A descontinuidade entre a escrita e a oralidade na aprendizagem

Raul Iturra – 1989

Absorção química em borbulhadores gás-líquido

João Alberto Sobrinho Teixeira – 1990

**Financiamento do ensino superior no Brasil
– Reflexões sobre fontes alternativas de recursos**

Victor Meyer Jr. – 1991

Liberalidade régia em Portugal nos finais da idade média

Vitor Fernando Silva Simões Alves – 1991

Educação e loucura

José Manuel Rodrigues Alves – 1991

**Emigrantes regressados e desenvolvimento
no Nordeste Interior Português**

Francisco José Terroso Cepeda – 1991

Dispersão em escoamento gás-líquido

João Alberto Sobrinho Teixeira – 1991

O regime térmico de um luvissole na Quinta de Santa Apolónia

Tomás d'Aquino F. R. de Figueiredo - 1993

Conferências em nutrição animal

Carlos Alberto Sequeira - 1993

Bref aperçu de l'histoire de France

– des origines à la fin du II^e empire

João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1994

Preparação, realização e análise / avaliação

do ensino em Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Básico

João do Nascimento Quina – 1994

**A pragmática narrativa e o confronto de estéticas
em *Contos de Eça de Queirós***

Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves – 1994

“Jesus” de Miguel Torga: análise e proposta didáctica

Maria da Assunção Fernandes Morais Monteiro – 1994

**Caracterização e classificação etnológica dos ovinos churros
portugueses**

Alfredo Jorge Costa Teixeira – 1994

**Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova de Lua, Sabariz) do
maciço polimetamórfico de Bragança**

Luís Filipe Pires Fernandes – 1995

**Micorrização in vitro de plantas micropropagadas de castanheiro
(*Castanea sativa* Mill)**

Anabela Martins – 1995

A publicar brevemente:

- Lameiros de Trás-os-Montes: perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha**
Jaime Maldonado Pires; Pedro Aguiar Pinto; Nuno Tavares Moreira
- A satisfação / insatisfação docente**
Francisco Cordeiro Alves
- O subsistema pecuário de bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho**
Jaime Maldonado Pires; Nuno Tavares Moreira
- A terra e a mudança – reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana**
Orlando Afonso Rodrigues
- Desenvolvimento motor: indicadores bioculturais e somáticos do rendimento motor de crianças de 5/6 anos**
Vítor Pires Lopes
- Estudo da influência do conhecimento prévio de alunos portugueses na compreensão de um texto em língua inglesa**
Francisco Mário da Rocha
- The use of role play in foreign language teaching**
Francisco Mário da Rocha
- A formação de professores para o ensino primário no distrito de Bragança**
Francisco Mário da Rocha
- La crise de Mai 68 en France**
João Sérgio de Pina Carvalho Sousa
- Linguagem, psicanálise e educação: uma perspectiva à luz da teoria lacaniana**
José Manuel Rodrigues Alves
- Enclaves de clima Cfs no Alto Portugal – a difusa transição entre a Ibéria Húmida e a Ibéria Seca**
Ário Lobo Azevedo; Dionísio Afonso Gonçalves;
Rui Manuel Almeida Machado
- Contributos para um estudo das funções da tecnologia vídeo no ensino**
Francisco Cordeiro Alves
- Sistemas agrários e melhoramento dos bovinos de raça Mirandesa**
Fernando de Sousa
- Desenvolvimento agrário na Terra Fria - condicionantes e perspectivas**
Duarte Rodrigues Pires
- A construção do planalto transmontano - Baçal, uma aldeia do planalto**
Luísa Genésio